



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Campus Experimental de Ourinhos

JOICE MARIA RODRIGUES MAXIMO DE CARVALHO

**ANÁLISE DA PRODUÇÃO VITIVINÍCOLA NO MUNICÍPIO DE
SÃO ROQUE-SP**

OURINHOS-SP
2012



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Campus Experimental de Ourinhos

JOICE MARIA RODRIGUES MAXIMO DE CARVALHO

**ANÁLISE DA PRODUÇÃO VITIVÍNICA NO MUNICÍPIO DE
SÃO ROQUE-SP**

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
banca examinadora para obtenção do título de
Bacharel em Geografia pela Unesp – Campus
Experimental de Ourinhos.*

Orientador: Prof.Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão

OURINHOS-SP
2012

Banca Examinadora

Paulo Fernando Cirino Mourão

(assinatura do membro)

Lucas Labigalini Fuini

(assinatura do membro)

Luciano Antonio Furini

(assinatura do membro)

Ourinhos, 30 de Maio de 2012.

Agradecimentos

Agradeço a meus pais, não apenas pelos esforços durante estes cinco anos, mas durante toda a vida.

A todos os professores, que conseguiram me “transformar” em uma geógrafa e contribuíram não apenas para minha formação acadêmica.

A minhas amigas de “casa” (que nunca foi uma república e, sim, uma “casa de família”), FERLAMESA e Maíra, por me fazerem saber lidar com tantas manias “diferentes” das minhas e exercitar a nobre virtude da paciência...

A todos os funcionários da UNESP, que fazem tudo funcionar, com grande competência e sempre quebram galhos para nos ajudar, além de aguentarem um bando de gente chata.

Ao Daniel, que me aguentou a faculdade toda e continua me aturando.

À Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por me proporcionar a bolsa para o desenvolvimento de minha pesquisa de iniciação científica, que se transformou neste TCC.

E a todos que, direta ou indiretamente me ajudaram a terminar este ciclo.

“As coisas valem pelas idéias que nos sugerem”

Machado de Assis

RESUMO

A produção vitivinícola paulista se estruturou a partir das condições propiciadas pela produção do café, em diversas áreas do Estado de São Paulo, formando, posteriormente, pólos de vitivinicultura nos municípios de Jundiaí e São Roque. Nesta última cidade, as condições para o desenvolvimento da atividade surgiram a partir da expansão da Estrada de Ferro Sorocabana, da imigração e do conseqüente crescimento do município. A partir do fomento dos órgãos estaduais e do maior envolvimento local com a atividade, pôde-se observar, na década de 1950, o desenvolvimento qualitativo da produção vitivinícola, com o estabelecimento de indústrias de porte maior, diferentemente da produção das décadas anteriores, baseada na pequena propriedade e no trabalho familiar. Atualmente, destacam-se as mudanças incorporadas ao processo produtivo das mesmas, além da participação dos órgãos públicos na busca pelo desenvolvimento do setor, tentando confirmar sua identidade histórica e desenvolvendo melhorias nas técnicas de fabricação, além de uma maior inserção no mercado, reforçando a tradição local em torno da vitivinicultura, o que constitui uma estratégia importante na busca por competitividade no contexto atual, articulando a produção vitivinícola a outros setores da economia, sobretudo o turismo.

Palavras chave: governança; indústria; produção vitivinícola; reestruturação produtiva; turismo.

ABSTRACT

The São Paulo State grape-wine culture has been structured from the conditions beforehand by the coffee production in different areas of the State and formed later the grape-wine culture region in the area of Jundiaí and São Roque. In the latter, conditions for the development of the activity started from the expansion of the Sorocabana Railway, from the immigration and the consequent growing of the town. Government improvements and the locals getting more involved to this activity showed, in the 1950s, a qualitative development of the grape-wine culture, so that larger industries established in the area, what counters the production years before, which was supported by small properties and family work. Nowadays, calls attention the changes done on the production process also the public departments participation searching for development of the area, trying to confirm the historical identity and performing advances in the production techniques, further market insertion, reinforcing the local tradition on viticulture, that is an important strategy for competitiveness, articulating the grape-wine culture production to other sections of economy, especially tourism.

Keywords: grape-wine culture; governance; industry; productive restructuration; tourism.

Sumário

	Página
Introdução e Justificativa	14
Objetivos e Metodologia	16
Capítulo 1 - A Vitivinicultura em âmbito mundial: informações gerais	18
1.1 A Vitivinicultura Brasileira: panorama geral	21
Capítulo 2- Contextualização do tema: Industrialização do Estado de São Paulo	29
Capítulo 3- Relações entre indústria, território e Reestruturação produtiva	33
3.1 Governança Territorial.....	36
3.2 Arranjos territoriais de produção	39
3.2.1 Distrito industrial marshalliano	39
3.2.2 Arranjo Produtivo Local	40
Capítulo 4 - São Roque: histórico e indicadores	45
Capítulo 5 - O município no contexto da reestruturação produtiva: Ambiente institucional e Políticas Públicas atuais	55
5.1 Políticas Públicas Estaduais: A Câmara Setorial de Uva e Vinho	57
5.2 O âmbito turístico fomentado pela atividade vitivinícola	62
5.2.1 Roteiros Turísticos do Município de São Roque	63
5.3 As características atuais das empresas do setor vitivinícola São-roquense.....	64
Considerações Finais	80
Referências Bibliográficas	83

Lista de Figuras

	Página
Figura 1: Países vitivinícolas do mundo e sua importância na produção mundial: paralelos da viticultura clássica de produção de vinhos nos Hemisférios Sul e Norte e a nova fronteira na Zona Intertropical.....	19
Figura 2: Brasil vinícola – principais áreas produtoras	25
Figura 3: Produção de uvas viníferas, (quadro 1) uvas americanas e híbridas para processamento (quadro 2) e uvas de mesa (quadro 3)	26
Figura 4: Dinâmica Territorial	37
Figura 5: Fluxograma da Governança Territorial	38
Figura 6: Organização do objetivo da atuação em APL e estratégia de atuação, segundo o termo de referência do SEBRAE	42
Figura 7: Polígono da viticultura do Estado de São Paulo no início do século XIX.....	46
Figura 8: Localização do município de São Roque no Estado de São Paulo	47
Figura 9: Localização das principais vias de acesso dentro do município de São Roque	52
Figura 10: Mapeamento dos elos básicos da Cadeia Produtiva Vitivinícola de São Paulo (2006)	58
Figura 11: Municípios integrantes da Câmara Setorial de Uva e Vinho de São Paulo	59
Figura 12: Quadro dos roteiros turísticos do município de São Roque	63/64
Figura 13: Instalações da Vinícola Palmares	66
Figura 14: Instalações da Vinhos Palmeiras	67

Figura 15: Instalações da Vinhos XV de Novembro	68
Figura 16: Instalações da Vinhos Frank	69
Figura 17: Instalações da Destilaria Stoliskoff	69
Figura 18: Instalações do “Museu do Vinho”	70
Figura 19: Instalações da Vinhos Sorocamirim	71
Figura 20: Instalações da Vinhos Quinta dos Guimarães - Santa Terezinha	72
Figura 21: Instalações da Vinhos Cangüera	73
Figura 22: Vinhas Santa Cecília	75
Figura 23: Instalações da Vinhos Quinta do Olivardo	76
Figura 24: Instalações da Vitivinícola Góes	77
Figura 25: Instalações da Vitivinícola Góes & Venturini, em Flores da Cunha, RS	78

Lista de Gráficos

	Página
Gráfico 1: Produção Mundial da Vinho e de Uva (1961/2002)	20
Gráfico 2: Proporção da Produção Mundial de Uva destinada a Vinho(1961/2002)	20
Gráfico 3: Perfil do consumo nacional de Vinho(1970/1992)	23

Lista de Siglas

APL	Arranjo Produtivo Local
APTA	Agência Paulista de Tecnologias para o Agronegócio
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CODEAGRO	Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (Estado de São Paulo)
CSUV	28ª Câmara Setorial de Uva e Vinho
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos (Ministério da Ciência e Tecnologia)
GTP-APL	Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais
IAC	Instituto Agrônomo de Campinas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAVIN	Instituto Brasileiro do Vinho
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEA	Instituto de Economia Agrícola
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PEP	Prêmio de Escoamento da Produção do Governo Federal
PIB	Produto Interno Bruto
Rais	Relação Anual de Informações Sociais
REDESIST	Rede de Pesquisa de Sistemas Locais de Produção e Inovação do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE	Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa
Sindusvinho	Sindicato da Indústria do Vinho de São Roque

Lista de Tabelas

Página

Tabela 1: Penetração das importações no comércio dos vinhos finos de mesa no Brasil (1993/2002)	24
Tabela 2: Produção de uvas para processamento e para consumo <i>in natura</i> no Brasil, em toneladas	26
Tabela 3: Participação das importações de vinhos em relação aos vinhos de viníferas (finos) comercializados no Brasil (2006/2011)	28
Tabela 4: Dimensões dos Arranjos Produtivos Locais	42
Tabela 5 - Quantidade de Estabelecimentos da Indústria – Fabricação de Vinho/2009	53
Tabela 6 - Produção de uva no município de São Roque	54
Tabela 7 - Indicadores gerais da Indústria de Vinho de São Roque – 2009	55

Introdução e justificativa

A produção de uva e vinho no Brasil é tradicionalmente realizada na região sul do país. Porém, há outras áreas destinadas à vitivinicultura, principalmente o nordeste e o sudeste. A região sul destaca-se pela produção de variedades de uvas finas de mesa e vinhos finos, além de responder pela grande maioria da exportação vitivinícola brasileira, que atingiu US\$ 155,70 milhões em 2011 (MELLO, 2012). As importações perfazem 75% dos vinhos finos consumidos no Brasil (MELLO, 2008).

Aproximadamente, 45% da uva cultivada no país é destinada à comercialização *in natura* e 55% à fabricação de vinhos e outros derivados (MELLO, 2012). O Estado de São Paulo é o terceiro maior produtor de uvas do país, sendo responsável 12% dessa atividade.

Os pólos vitícolas do Estado de São Paulo possuem características distintas quanto ao destino de sua produção: a área paulista que engloba os municípios de Jundiaí, Vinhedo, Indaiatuba, Valinhos e Campinas destaca-se pelo cultivo de uvas de mesa e ocupa cerca de 70% da área cultivada pela uva no Estado; já a produção da fruta destinada à vinificação encontra-se na região cujo município central é São Roque, representando por volta de 5% da área de cultivo (MELLO, 2003). Esta situação está sofrendo modificações, com a diminuição do cultivo da fruta em algumas áreas do Estado de São Paulo, como no município de São Roque.

Há municípios que cultivam uvas finas de mesa, como São Miguel Arcanjo e outros, cuja produção vitivinícola é menos expressiva. Cabe salientar que as atuais áreas de cultivo de uva e de produção vinícola do Estado de São Paulo formaram-se a partir de pequenas propriedades sustentadas por trabalho familiar, relacionadas a fatores econômico-sociais e a condições culturais.

Em Jundiaí havia fazendas destinadas ao cultivo de café, em que o proprietário das terras permitia a implantação de outras culturas por entre as ruas do cafezal, ou estabelecia uma determinada área para o plantio de outras lavouras.

No caso de Jundiaí, a partir das crises enfrentadas pela cafeicultura (principalmente a de 1929), as terras destinadas a este cultivo foram sendo fracionadas e destinadas a outras culturas, em geral, nas mãos de colonos italianos que as adquiriram através de suas economias, ou ainda como propriedades dos antigos barões que conseguiram manter suas terras e cultivar outros produtos.

Já em São Roque, as condições para o desenvolvimento da vitivinicultura surgiram de maneira distinta e mais tardia em relação à região de Jundiaí, porque não existiam propriedades destinadas à cafeicultura, bem como núcleos de colonos (ROMERO, 2004).

Além disso, por se localizar numa região montanhosa, o povoado de São Roque tratava-se de uma área praticamente isolada de outras regiões, produtoras de café ou com alguma atividade importante para a economia de então. Suas únicas ligações com a capital

eram feitas através de tropas de mula, pela estrada de Araçariguama, cuja situação era quase sempre intransitável. (ROMERO, 2004).

Neste contexto, a atividade vitivinícola do município de São Roque, a partir de sua gênese, tem características diferenciadas das outras áreas de mesma “função”. De acordo com essas informações iniciais, busca-se compreender as dinâmicas que levaram a produção de vinhos de São Roque ao estágio atual e o tipo de arranjo territorial formado no município.

Objetivos e Metodologia

A proposta desta pesquisa é analisar os aspectos da produção vitivinícola no município de São Roque, incluindo seus desdobramentos na esfera turística; enfatizando a influência desta produção sobre a economia do município e seu papel na produção de vinhos em âmbito estadual.

O estudo a respeito da atuação da esfera pública, seja por meio de projetos de desenvolvimento, seja pela concessão de benefícios a determinados setores da economia, se mostra de extrema importância. Com isso, a relação do âmbito público com as empresas vinícolas terá destaque nas análises, sendo os fatores sócio-econômicos e turísticos atrelados às características de produção.

Também é importante observar a evolução destas empresas no tocante a tecnologias e parcerias para a promoção deste setor econômico. Sendo assim, este trabalho busca contribuir para atualização da análise da espacialização da vitivinicultura no Estado de São Paulo.

Sabendo que existem estudos sobre o desenvolvimento da produção industrial vitivinícola paulista (que focam estratégias de marketing e outras áreas), o objetivo deste trabalho é abordar a dinâmica decorrente e conseqüências da atividade vitivinícola numa abordagem geográfica e especificamente centrada no município em questão.

Desta forma, foram destacados alguns objetivos específicos:

- 1-** Compreender as estratégias (individuais e coletivas) das vitivinícolas do município de São Roque quanto a seu papel na indústria de vinhos paulista e nacional e no contexto de reestruturação produtiva;
- 2-** Verificar a contribuição da vitivinicultura para a economia do município;
- 3-** Identificar a atuação do setor público no que tange ao processo produtivo das vinícolas, bem como nos desdobramentos econômicos, como o turismo, por meio de projetos de desenvolvimento do setor no município; como se dá a assistência da esfera pública às vinícolas e como estas se mobilizam para o desenvolvimento do setor, além de identificar o tipo de arranjo territorial que a atividade vitivinícola constitui em São Roque, levando em conta a hipótese de ser um Arranjo Produtivo Local.

A pesquisa adota como recorte territorial o Município de São Roque, a leste do Estado de São Paulo, e como recorte temporal o período entre a implantação efetiva da vitivinicultura, no início do século XX, e a expansão de sua produção nos dias atuais.

Contextualizada esta situação, pretende-se identificar a importância da atividade vitivinícola para a economia do município; a atuação do setor público no que tange ao processo produtivo das vinícolas, bem como os desdobramentos, como o turismo no município selecionado.

Para tanto, foi de fundamental importância o levantamento de dados secundários junto a instituições como SEADE, IBGE, FIESP, IAC e IEA, entre outros. Arelado a isto, foram elaborados roteiros de entrevistas, que seriam aplicados nas empresas do setor, no sindicato das indústrias de vinho de São Roque (Sindusvinho) e alguns departamentos da Prefeitura Municipal.

Ao longo da pesquisa, os roteiros de entrevista foram substituídos por conversas informais, já que houve bastante dificuldade na obtenção das informações pontuais e não foi possível a tabulação das mesmas para a comparação das empresas, nem dos dados da prefeitura Municipal ou do Sindicato visitado.

Foi imprescindível um levantamento bibliográfico acerca da dinâmica de desenvolvimento da agroindústria paulista, das relações entre indústria e agricultura, além de temas relacionados à produção vitivinícola.

Como forma de análise dos resultados, serviram de apoio para a realização das análises, a tabulação e organização das informações quantitativas e qualitativas obtidas em entrevistas e dos dados adquiridos de fontes secundárias, juntamente com o levantamento bibliográfico acerca da temática.

Com isso, foram feitas correlações quanto à atividade vitivinícola no âmbito econômico municipal e estadual. Também foram analisadas junto ao contexto cultural de formação das vitivinícolas e a importância de suas atividades em âmbito turístico, no contexto de reestruturação produtiva.

Capítulo 1 - A Vitivinicultura em âmbito mundial: informações gerais

Em geral, os vinhos que têm importância para o âmbito econômico são os produzidos a partir de variedades européias (*Vitis viniferas*), sendo que os produzidos com uvas americanas são considerados de baixa qualidade.

A produção vinícola tradicional se localiza nos países europeus como França, Itália, Espanha e Portugal, e vem sendo ampliada com o surgimento de novas áreas produtoras: Austrália, Nova Zelândia, África do Sul e a áreas dos Estados Unidos, como a Califórnia. Na América do Sul, a produção de vinhos reconhecidos é tradicionalmente originada do Chile e da Argentina.

Apenas o Brasil e o Paraguai desenvolvem a maioria de sua produção vinícola a partir das uvas americanas. Até a região da Califórnia produz 90% de seu vinho a partir das variedades européias. Rosa e Simões (2004) afirmam que, apesar de importantes para o âmbito local, os vinhos de uvas americanas possuem menor valor agregado, e não são o foco da produção em grande escala, na maioria dos países:

Embora se tenha conhecimento de vinhos elaborados a partir dessas uvas em diversos países, trata-se de produtos consumidos localmente, que geralmente não constam das estatísticas de produção. É importante frisar que os vinhos obtidos de uvas americanas têm propriedades organolépticas distintas das dos demais, podendo ser considerados como produtos diferentes dos vinhos de *viníferas* (ROSA; SIMÕES, p.4, 2004)

Sendo assim, considera-se que o vinho produzido com uvas americanas como vinho comum, consumido como um “complemento alimentar”, cotidianamente e por várias classes sociais. Já os vinhos de uvas européias são considerados finos e consumidos em ocasiões especiais e pela parcela de maior nível econômico.



Figura 1: Países vitivinícolas do mundo e sua importância na produção mundial: paralelos da viticultura clássica de produção de vinhos nos Hemisférios Sul e Norte e a nova fronteira na Zona Intertropical. Fonte: GUERRA, C.C; *et al*, p.11, 2009.

Até o início da década de 1980, a produção mundial de uvas e de vinho foi crescente (Gráfico 1). A partir dessa data, houve uma queda nas duas produções, sendo mais acentuada na vinícola. Esta dinâmica mostra que ocorreu a diminuição de cultivo de uvas para fabricação de vinho e remanejamento para o cultivo de uvas para consumo *in natura* ou destinadas à produção de outros derivados da fruta (Gráfico 2).

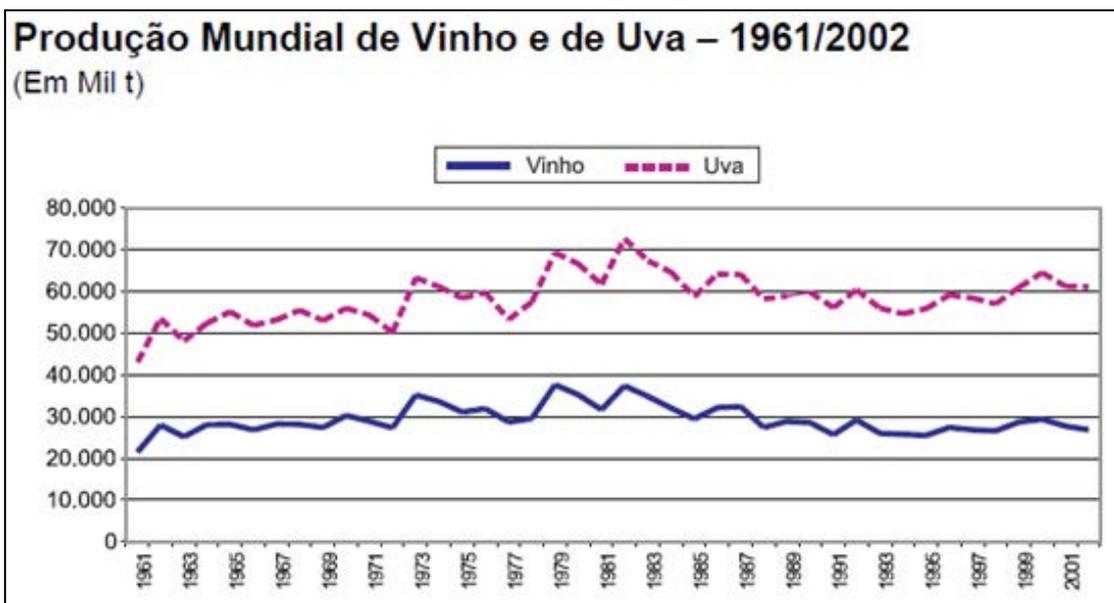


Gráfico 1: Produção Mundial da Vinho e de Uva (1961/2002).
Fonte: FAO *apud* Rosa; Simões, 2004, p. 24.

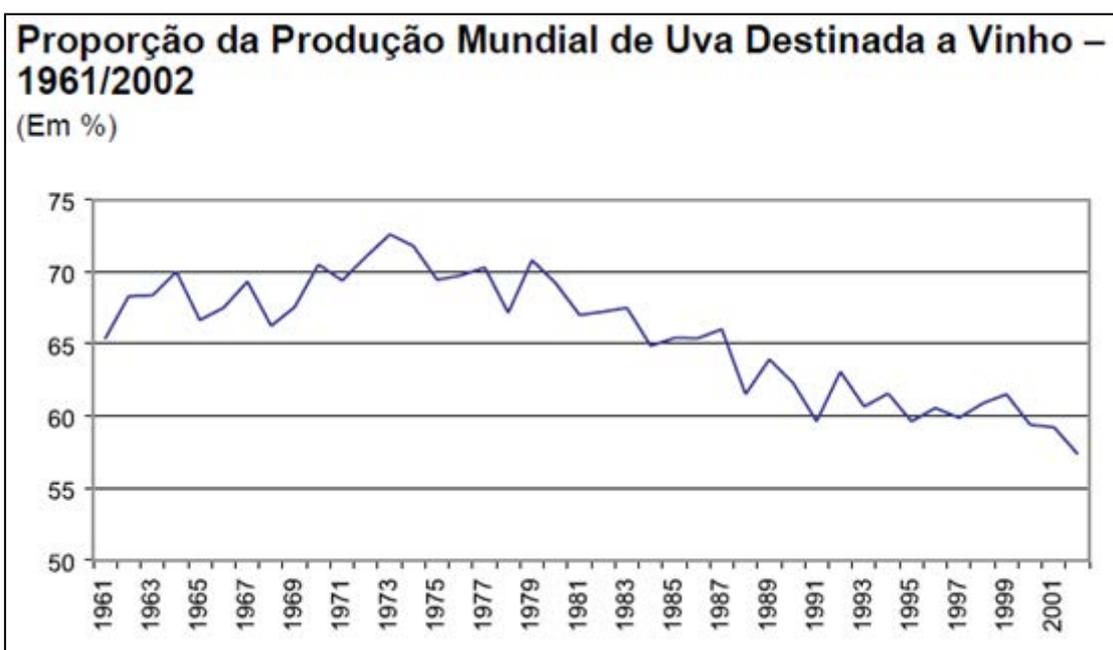


Gráfico 2: Proporção da Produção Mundial de Uva destinada a Vinho(1961/2002).
Fonte: FAO *apud* Rosa; Simões, 2004, p. 24.

Um fator relevante para o comércio do vinho, diz respeito a mudanças de padrão e exigência de grande parte dos consumidores. Segundo Rosa e Simões (2004), não há dados precisos, mas pode-se considerar que a queda de produtividade observada no gráfico 1 relaciona-se à diminuição do consumo dos vinhos comuns, sendo que a produção dos vinhos finos manteve-se crescente.

Ainda segundo os autores, para explicar a mudança de comportamento dos consumidores em âmbito mundial (diminuição do consumo dos vinhos comuns), pode-se regionalizar os países que se encontram em diferentes patamares de consumo do vinho:

- Países com consumo tradicional e enraizado como Itália, França, Portugal, Espanha, Argentina e Chile (também são os principais produtores de vinhos finos), onde o consumo decresceu, a partir da década de 1960;
- Países com consumo pouco expressivo, tanto por características culturais ou pelas econômicas, como o Japão e o Brasil;
- Países com consumo e produção em crescimento, como Estados Unidos e Austrália;
- Países com consumo expressivo e pouca produtividade (países da Europa Setentrional)

Esses dois últimos grupos são considerados os mercados mais dinâmicos e com potencial para crescimento e diversificação de vinhos.

1.1 - A Vitivinicultura no Brasil: panorama geral

A produção de vinho no Brasil teve início com a chegada e a fixação de grupos de exploração, no século XVI. As primeiras videiras teriam sido trazidas por Martin Afonso de Souza, de variedades européias, e cultivadas na capitania de São Vicente. A vitivinicultura permaneceu como prática de subsistência até o fim do século XIX, já que durante o século XVIII, Portugal proibiu a produção de vinho no Brasil, pelo contexto do Tratado de Methuen¹.

Ao longo da história brasileira, sempre houve produção de uva e vinificação, mas esta dinâmica se consolidou como atividade significativa a partir da chegada de imigrantes ao país, no século XIX, em especial de portugueses e italianos (ROSA; SIMÕES, 2004; ROMERO, 2004).

A área de maior desenvolvimento da atividade vitivinícola é a região Sul do país, especificamente a área serrana do Estado do Rio Grande do Sul, mesmo com restrições climáticas, relacionadas à pluviosidade da região, que é maior do que a necessidade de grande maioria das uvas, em especial das uvas finas ou européias (*Vitis vinifera*), (tradicionalmente utilizadas na fabricação de vinhos de qualidade considerada superior):

Contudo, deve-se ressaltar que algumas restrições climáticas na Serra Gaúcha dificultam a obtenção de vinhos de melhor qualidade. A umidade elevada no período anterior à colheita, que torna as uvas menos adequadas à produção de vinho implica em custos mais elevados no processamento

¹ O Tratado de Methuen, ou Tratado dos Panos e Vinhos, foi um acordo firmado em 1703, entre Inglaterra e Portugal, em que os ingleses se comprometiam a adquirir a produção de vinhos de Portugal que, por sua vez, comprava tecidos da Inglaterra. Este tratado foi um dos motivos para que o país lusitano perdesse o posto de potência européia para a Inglaterra, no século XVIII.

agrícola e industrial e limita a produção, comprometendo a qualidade dos vinhos obtidos (LIMA, 2006, p. 13).

A atividade vitivinícola se consolidou no final do século XIX, com a chegada de grande contingente de imigrantes, tanto na região sul do país, quanto no estado de São Paulo. Até a década de 1980, a produção de vinho no país era crescente (levando em consideração os produtores do Sul), tanto pela organização dos produtores gaúchos e quanto pelas restrições à importação então existentes. “A partir de 1990, a abertura comercial ampliou as importações e consumo de vinhos com qualidade superior” (LIMA, 2006, p.13).

Ao longo do século XX, a produção vinícola no país aumentou, tanto em consequência do crescimento populacional, quanto pela consolidação de cooperativas de produtores rurais do Rio Grande do Sul, o que diminuiu os custos de produção e comercialização dos vinhos.

Cabe lembrar que, graças ao clima da região Sul, com índices pluviométricos acima da necessidade a uva (principalmente das variedades européias, que são mais sensíveis), o custo de seu cultivo torna-se maior. É neste contexto que a fabricação de vinho a partir de uvas americanas ganha força, pois são mais resistentes a pragas provocadas pela umidade.

Sendo assim, a maior parte da produção de vinhos do Brasil é fabricada a partir de uvas americanas, o que criou o “padrão brasileiro – quase único no mundo – de uma indústria vinícola apoiada essencialmente em uvas de espécies distintas da *Vitis vinifera*” (ROSA; SIMÕES, 2004, p.8).

Outra parcela da produção é realizada a partir da mistura de uvas finas e comuns, ou até mesmo de cultivares híbridas, desenvolvidas no país. Apenas uma pequena parte dos vinhos brasileiros têm uvas européias como matéria-prima única.

Um fator relevante para se conhecer o panorama da produção vitivinícola brasileira é que, em parte das vezes, os dados de cultivo da uva e de fabricação de vinho e outros derivados da uva são condensados em uma só informação, fazendo com que estas sejam interpretadas de maneira equivocada, o que exige um cuidado em relação à coleta dos dados e às respectivas fontes.

Além disso, é bastante complicado obter dados da produção vitivinícola por Estados da Federação e sua relação com a economia em âmbito nacional, mesmo tendo como fonte de pesquisa entidades como a EMBRAPA ou sites especializados neste setor. Em geral, as informações coletadas relacionam-se à produção do Rio Grande do Sul:

É importante salientar que não se dispõe de estatísticas sobre a produção e comercialização nacional de vinhos e suco de uvas. O Estado do Rio Grande do Sul, responsável por cerca de 90% da produção nacional desses

produtos, possui informações relativas à produção de uvas, vinhos e derivados e à comercialização, cuja análise permite ter uma boa aproximação do desempenho da agroindústria vinícola do país (MELLO, 2012, p.3).

Na década de 1970, a organização da indústria vitivinícola brasileira (no Rio Grande do Sul) era baseada em cooperativas de pequenos proprietários que, em geral, fabricavam vinhos tintos de uvas americanas e híbridas, comercializados em garrafões.

Neste período, empresas estrangeiras perceberam certo potencial no mercado brasileiro, já que a produção interna não oferecia amplamente vinhos finos, principalmente para os consumidores de maior nível econômico e cultural. Além disso, a proteção tarifária e o dinamismo econômico do país eram fatores interessantes para a produção de vinhos de uva européia e produção de vinho branco, além de garrafas menores do que a produção brasileira oferecia. (ROSA; SIMÕES, 2004).

Tais empresas também investiram em propaganda, o que fez com que o consumo de vinhos finos crescesse de 15% para 23% do total (gráfico3) (ROSA; SIMÕES, 2004).

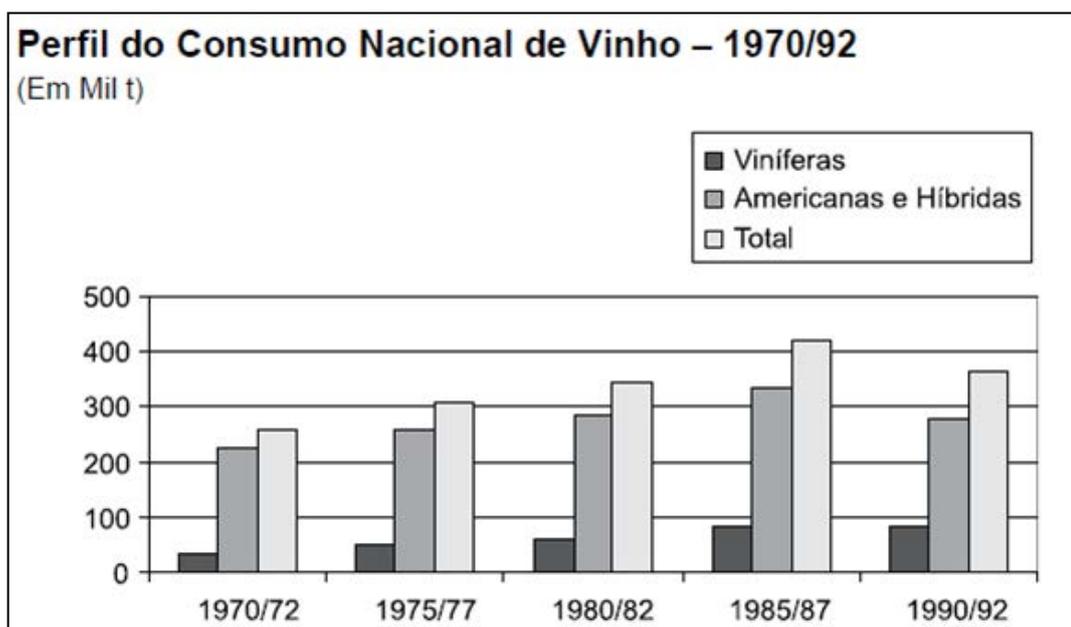


Gráfico 3: Perfil do consumo nacional de Vinho(1970/1992).

Fonte: Ibravin *apud* Rosa; Simões, 2004, p. 9.

Já na década de 1990, com a abertura comercial do Brasil, as importações passam a aumentar, o que inibiu os investimentos das vinícolas estrangeiras atuantes no Rio Grande do Sul. Além disso, o padrão dos consumidores de vinho, com preferência para os tintos, favoreceu as pequenas vinícolas regionais, “que se destacavam pela qualidade de seus produtos, como, por exemplo, Miolo, Salton e Valduga” (ROSA; SIMÕES, 2004, p.12).

Penetração das Importações no Comércio de Vinhos Finos de Mesa no Brasil – 1993/2002				
(Em Mil l)				
ANOS	VINHOS DE VINÍFERAS			Participação das Importações (%)
	Nacionais	Importados	Total	
1993	49.916	11.979	61.895	19,4
1994	46.542	21.457	67.999	31,6
1995	40.195	28.102	68.297	41,1
1996	40.696	22.632	63.328	35,7
1997	40.442	24.018	64.460	37,3
1998	32.456	22.765	55.221	41,2
1999	37.096	26.415	63.511	41,6
2000	34.196	29.288	63.484	46,1
2001	28.702	28.015	56.717	49,4
2002	25.439	24.184	49.623	48,7

Tabela 1: Penetração das importações no comércio dos vinhos finos de mesa no Brasil (1993/2002).

Fonte: Secex/DTIC/Uvibra *apud* Rosa; Simões, 2004, p.12.

Na tabela 2, pode-se observar que o consumo de vinhos nacionais sempre foi inferior aos estrangeiros, sendo assim, a importação de vinhos finos seguiu um padrão de crescimento, o que confere inúmeros desafios para a vinicultura brasileira, tanto em relação ao comércio interno, quanto para a possibilidade de exportações; a competição com regiões tradicionalmente produtoras é um ponto importante, principalmente em relação aos vinhos chilenos e argentinos, por atenderem boa parte do mercado para vinhos finos na América do Sul.

Além disso, o consumo de vinho no Brasil é ainda muito pouco expressivo, situando-se abaixo de dois litros/ano por pessoa, em virtude de fatores econômicos e culturais. (LIMA, 2006, p.13).

Como já citado anteriormente, na década de 1990, algumas vinícolas de pequeno porte conseguiram desenvolver sua produção e fabricar vinhos de boa qualidade, na região do Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul. Estas empresas (Miolo, Salton e Valduga) cresceram e conseguiram para a área um selo de identificação de origem, pelo Instituto nacional da Propriedade Industrial, o que foi de extrema relevância para o desenvolvimento da atividade na região.

Sendo assim, forma-se o panorama geral enfrentado pela produção vinícola no mercado brasileiro: há um entrave no desenvolvimento da atividade pela competição com vinhos importados que, ao longo dos anos, vem tornando menor a venda de vinhos nacionais.

Cabe reafirmar que a conjuntura nacional é baseada nos dados obtidos essencialmente no Estado do Rio Grande do Sul, já que não são registradas essas informações de todo o país. A produção sul rio-grandense concentra-se na Região Serrana, onde se localizam os municípios de Farroupilha, Bento Gonçalves, Flores da Cunha e Caxias do Sul (ROSA; SIMÕES, 2004).

Porém, além do Rio Grande do Sul, outros pólos de vitivinicultura se desenvolveram no país, devido a condições históricas como a imigração: áreas de Santa Catarina, Paraná e São Paulo e a região do Vale de São Francisco (áreas de Pernambuco e Bahia), no nordeste brasileiro (que é voltada à produção de uvas de mesa pra exportação, mas também produz vinhos com características peculiares, já que ocorre mais de uma safra da fruta ao ano):

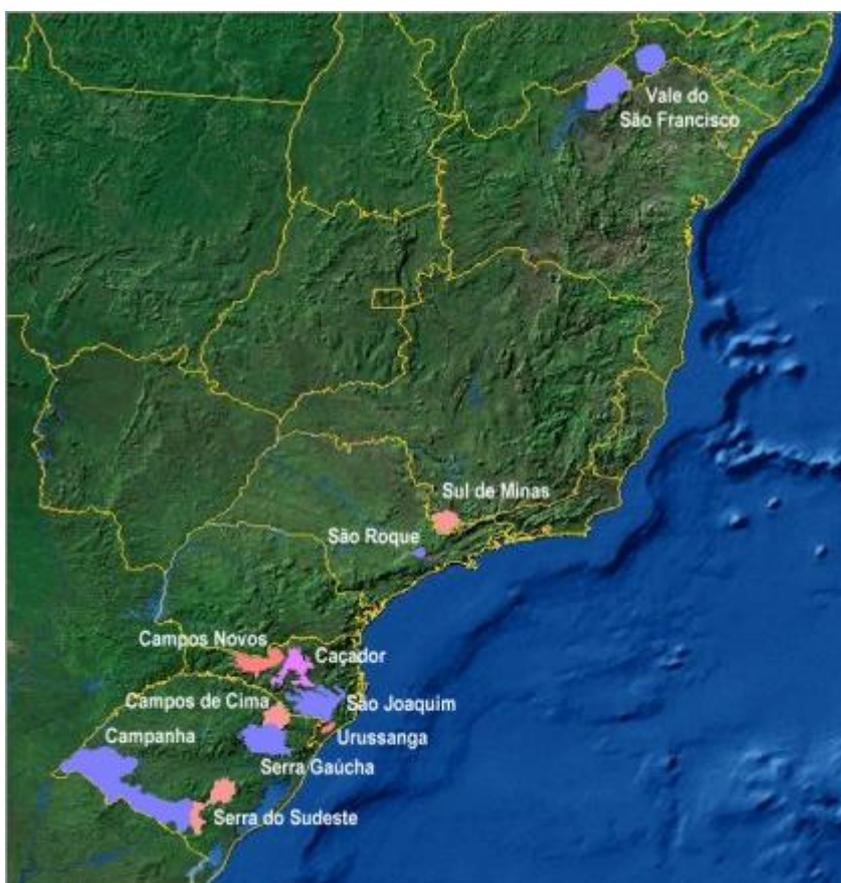


Figura 2: Brasil vinícola – principais áreas produtoras.
Fonte: Site do Vinho Brasileiro.

Quanto à produção vitícola, pode-se afirmar que é muito mais difusa do que a fabricação de vinho, existindo cultivo em vários estados do país. À exceção do Rio Grande do Sul, os outros estados que cultivam uva têm sua produção voltada à comercialização da fruta *in natura*, sendo que uma parte desta uva é destinada à exportação.

Na tabela 2, pode-se notar que, de todo o período analisado (2008 a 2011), apenas em 2010 a produção de uvas para comercialização *in natura* foi maior do que à destinada para processamento.

	2008	2009	2010	2011
Processamento	708.042	678.169	557.888	836.058
Consumo <i>in natura</i>	691.220	667.550	737.554	627.423
Total	1.399.262	1.345.719	1.295.442	1.463.481

Tabela 2: Produção de uvas para processamento e para consumo *in natura* no Brasil, em toneladas.
Fonte: MELLO, 2012, p.2. (EMBRAPA Uva e Vinho).

O comércio da uva *in natura* é baseado nas uvas americanas e tem tido êxito, também, pelo trabalho da EMBRAPA, que vem desenvolvendo melhoramentos e adaptações dos cultivares para as situações climáticas do Brasil.

Esta dinâmica de melhoramento genético ocorre principalmente no Vale do São Francisco, onde as uvas são adaptadas para o clima tropical e, como são voltadas à exportação, agrega-se valor com características como a apirenia (ausência de sementes), além de duas ou mais safras por ano.

Além do Vale do São Francisco, outras regiões do país também cultivam uvas de mesa, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. Em São Paulo, são cultivadas, entre outros, tipos de uva desenvolvidos pela EMBRAPA Uva e Vinho, Lorena e Máximo, mais adaptados às características climáticas da região.



Figura 3: Produção de uvas viníferas, (quadro 1) uvas americanas e híbridas para processamento (quadro 2) e uvas de mesa (quadro 3).

Fonte: EMBRAPA Uva e Vinho, s/d.
ORG.:CARVALHO, J.M.R.M. de.

De acordo com publicação da EMBRAPA (MELLO, 2012) em 2011, houve crescimento da produção vitícola no Brasil, na ordem de 13%. Esse aumento foi alavancado

pelo Estado de Pernambuco, que teve maior área plantada em 2010. Porém, a produção de uva deste Estado diminuirá em 2012, pois já se obtiveram dados de redução da área plantada em 2011(MELLO, 2012).

Nos outros Estados produtores (Bahia, Minas Gerais e São Paulo) houve decréscimo da área cultivada. Apenas os Estados da região Sul apresentaram aumento da produção vitícola: Rio Grande do Sul, com crescimento de 19% na produção de uvas, Santa Catarina 2% e Paraná 3%. De modo geral, houve uma queda no cultivo da fruta em âmbito nacional (MELLO, 2012).

Em relação a 2010, o cultivo de uvas para processamento teve um aumento de 50%, já que no ano anterior a produção diminuiu por problemas climáticos. Sendo assim, mais de 55% das uvas cultivadas no país foram destinadas ao processamento e o restante, voltado à comercialização *in natura* (MELLO, 2012).

Embora ainda não esteja disponível nas estatísticas do IBGE, a viticultura está sendo implantada em vários estados, como Mato Grosso do Sul, Goiás, Espírito Santo, Ceará e Piauí.

No Rio Grande do Sul, ocorreu aumento da produção de sucos, vinhos e outros derivados da uva, de 2010 para 2011. O maior crescimento se deu na produção de vinhos finos, ou seja, de variedades européias. Isso representa um crescimento de 90% em relação ao ano anterior. Os vinhos elaborados a partir de uvas americanas e o suco tiveram sua produção aumentada em mais de 30%.

De modo geral os sucos de uva, em 2011, continuaram com a trajetória crescente. O suco de uva integral apresentou aumento na quantidade comercializada de 28%, em relação a 2010 (MELLO, 2012, p.3).

No mercado vitivinícola mundial, segundo dados, de 2009, da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), citados em publicação da MESA, o Brasil ocupa a 19ª posição em área cultivada e a 1ª em produção vitivinícola. Ainda segundo a entidade, o país é o

- 17º colocado em quantidade de uvas exportadas;
- 13º em valor das exportações de uvas;
- 10º maior exportador de suco de uvas em quantidade;
- 9º em valor das exportações de suco de uva;
- 21º exportador de vinhos em quantidade e
- 45º em valor exportado de vinhos (MELLO, p. 1, 2012).

Em 2011, o valor das exportações brasileiras do setor cresceram 5% em relação ao ano anterior, ficando em U\$155,70 milhões. Já quanto às uvas de mesa, houve uma queda de pouco mais de 2% na exportação, com 59.391 toneladas (MELLO, 2012).

Cabe resaltar que o bom comportamento da exportação do mercado vitivinícola no ano de 2009 relaciona-se à implantação do Prêmio de Escoamento da Produção do Governo Federal (PEP) no setor vitivinícola, um instrumento para crescimento da comercialização de produtos agrícolas.

Quanto às importações, pode-se observar um crescimento contínuo, no ano de 2011, em relação ao anterior. Em 2011, foram consumidos no país cerca de 100 milhões de litros de vinho, sendo mais de 90% desse total, de vinhos finos (MELLO, 2012). Aproximadamente 75% do comércio desse setor foi formado por vinhos de uvas européias e importados, havendo redução de cerca de 4% na comercialização dos nacionais, como pode ser observado na tabela a seguir:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Vinho Nacional	25.085	23.130	23.120	23.019	24.670	23.753
Vinho Importado	46.371	57.629	54.410	55.927	70.738	72.705
Total viníferas	71.456	80.759	77.530	78.946	95.408	96.458
Particip. Imp/total (%)	64,89	71,36	70,18	70,84	74,14	75,37

Tabela 3: Participação das importações de vinhos em relação aos vinhos de viníferas (finos) comercializados no Brasil (2006/2011)

Fonte: Uvibra, Ibravin e MDIC *apud* MELLO, 2012, p.3.

O Brasil exporta vinhos para 22 países como Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e República Tcheca (IBRAVIN, 2012). Porém encontra dificuldades para se estabelecer efetivamente, tanto na esfera nacional quanto para entrar nos mercados consumidores mais tradicionais em âmbito mundial, principalmente pela concorrência com os países de produção mais tradicional, como os próximos Chile e Argentina, que dominam o mercado na América do Sul, por exemplo.

Capítulo 2- Contextualização do tema: Industrialização do Estado de São Paulo

Após conhecer a conjuntura da produção de uva e vinho mundial e brasileira, é importante contextualizar o tema específico deste trabalho: a atividade vitivinícola no município paulista de São Roque. Para isso, tomou-se como ponto inicial o período e as características da formação industrial de São Paulo, que são essenciais para a o surgimento e desenvolvimento da vitivinicultura são-roquense.

O século XX é repleto de variações e especificidades, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico brasileiro. Passando por diversas fases e configurações territoriais herdadas dos complexos regionais dos séculos anteriores, foi iniciado um processo de acumulação interna mais efetiva, a partir de suas próprias bases materiais, trazendo dinamismo e relativa integração ao território nacional (BRANDÃO, 2009).

Estes processos foram se intensificando, principalmente após a década de 1930, mas trouxeram consigo os resquícios dos períodos anteriores, arraigados nas estruturas econômicas, demográficas e nos elementos culturais (CANO, 1998, *apud* BRANDÃO, 2009).

O Estado de São Paulo, por apresentar condições e relações de produção mais avançadas, alcançadas, principalmente, durante o desenvolvimento do complexo cafeeiro, se tornou o eixo central da movimentação econômica no país, gerando, segundo Brandão, “um patamar superior de diversificação social do trabalho e de novas relações campo-cidade, coetâneas com o novo nível de desenvolvimento das forças produtivas no Brasil” (2009, p.106).

Neste contexto,

a reprodução ampliada do complexo cafeeiro paulista estruturará um “novo urbano” no estado e no país. Essa reprodução exigirá um segmento urbano para sua ampliação e diversificação. O café planta cidades. Novas funções urbanas serão impostas pela acumulação cafeeira, que possuía múltiplas faces (Mello, 1975; Cano, 1975): café, ferrovias, bancos, comércio, infraestrutura etc. Todas estas faces serão sintetizadas no espaço urbano, cada vez mais diferenciado e dinâmico (BRANDÃO, 2009, p.109).

Suzigan corrobora:

[...] O comércio do café lançou as bases para o desenvolvimento industrial por várias razões: em primeiro lugar, ao promover a monetização da economia e o crescimento da renda interna, o café criou um mercado para produtos manufaturados; em segundo, ao promover o desenvolvimento de estradas de ferro e o investimento em infra-estrutura, ampliou e integrou esse mercado; em terceiro, ao desenvolver o comércio de exportação e importação, contribuiu para a criação de um sistema de distribuição de produtos manufaturados; e, em quarto, ao promover a imigração, aumentou a oferta de mão-de-obra. [...] (2000. p. 33).

Sendo assim, a economia paulista, no primeiro quarto do século XX, criou as bases para o estabelecimento de uma produção industrial interna dinâmica, devido ao excedente

gerado pela atividade cafeeira, necessária para os investimentos em indústrias, beneficiados pela pré-existência das infraestruturas exigidas para seu pleno desenvolvimento, como as ferrovias e outros aparelhos urbanos.

Cabe ressaltar que a estrutura econômica brasileira, de modo geral, da década de 1930 até o fim dos anos 1960, se caracterizou pelo período de acumulação fordista e forte intervenção do Estado na regulamentação da economia, sendo que, no país, a concentração produtiva se deu em São Paulo e ao longo da região Sudeste.

Neste contexto, tal Estado foi responsável por 58% da produção industrial do país, além do impulso ao desenvolvimento de outros setores da economia paulista (Brandão, 2009). No início dos anos 1970, essa estrutura de acumulação fordista e Estado Keynesiano sofre alterações. Segundo Ires, “é a partir deste período que a geografia econômica mundial apresenta uma mudança importante, marcada pela extroversão crescente das economias nacionais e pela multiplicação dos mercados globalizados” (2009, p.3).

De acordo com Bomtempo:

as razões que levaram à crise do fordismo são inúmeras, entre elas destacam-se as internas ao próprio modelo, tais como produção não acompanhada pelo consumo e a rigidez do processo produtivo, da organização e contratação da força de trabalho. Além das razões internas, destacam-se as externas relacionadas à própria estrutura cíclica e genética do capitalismo (2011, p.95).

Esta dinâmica não foi exclusiva do Estado paulista, sendo que todo o país esteve envolvido em um contexto de crise internacional de produção, que interferiu no desenvolvimento da economia do ponto de vista fiscal, de superprodução e do enfraquecimento do fordismo, tornando obsoleta grande parte das técnicas e tecnologias aplicadas à produção industrial. É neste contexto que se desenvolve um novo paradigma econômico, atrelado ao conceito de reestruturação produtiva.

Sendo assim, a partir da década de 1970, o modelo fordista entrou em declínio, e a concentração industrial sofreu gradativa alteração, com estabelecimentos migrando rumo ao interior do Estado, caracterizando um processo de contínua desconcentração, com a manutenção da centralidade do poder econômico e de decisão em São Paulo.

Com isso o padrão fordista é suplantado pelo toyotismo, delineando uma nova configuração do capitalismo, através da acumulação flexível e da reestruturação produtiva, ou seja, “a introdução de inovações agregadas à gestão, à produção, à organização e à contratação da força de trabalho vinculadas à atividade industrial” (MT M, 2011, p.96).

Já na década de 1990, o papel do Estado em âmbito econômico volta a ter espaço, em uma perspectiva diferente da anterior, intervencionista e regulatória, passando a ser um

agente no processo de desenvolvimento, abordando processos relativos a configurações espaciais, como é o caso do desenvolvimento territorial:

Considerando o caráter liberal da globalização, a tendência é de que as funções do estado se reajustem no sentido de retraimento das funções alocativa e distributiva, que passam a ser consideradas objeto das leis de mercado, e de uma ampliação do escopo da função estabilizadora. Com isso, o estado não exatamente deixa de intervir na economia, mas muda seu enfoque, anteriormente centrado nas funções fim (crescimento e distribuição de renda, prioridades do modelo nacional desenvolvimentista) para as funções meio (estabilização fiscal e monetária, prioridades da economia globalizada) (BRAGA, 2003, p. 349).

Dentre as mudanças desta nova perspectiva estão a valorização das iniciativas e dos atores locais, bem como novos meios de administração e gerenciamento dos territórios, muitas vezes, através de parcerias e divisão de responsabilidades e tarefas de gestão. Cabe destacar que essa maior atenção ao fator local se inicia a partir da Constituição Federal de 1988, que concedeu, através do princípio da descentralização político-administrativa, relativa autonomia aos Estados e municípios brasileiros (FUINI, 2010):

Essa descentralização buscou dotar de maior poder administrativo os municípios e Estados para gerirem alguns serviços públicos essenciais, como educação, saúde, transporte, planejamento urbano, etc. Concomitantemente, a abertura ao diálogo coletivo na elaboração de projetos e planos de longo prazo fez surgir exemplos de estruturas de governo horizontais atuando em diversos setores, como por exemplo, na seara das políticas de apoio ao desenvolvimento regional/local e nos processos de exercício da democracia participativa local (VITTE, 2001, *apud* FUINI, 2010, p.29).

Sendo assim, a descentralização é entendida como um mecanismo para maior eficiência do poder público, repassando a responsabilidade de administração aos Estados e municípios, “em descompasso ao repasse de recursos financeiros necessários para a gestão adequada desses serviços públicos. No entanto, de modo lento, inconstante e descoordenado, os Estados e municípios vêm substituindo a União em várias áreas de atuação” (VITT , 2001, *apud* FUINI, 2010, p.29).

Além dos processos de reestruturação da gestão, produção, organização e contratação da força de trabalho industrial, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela realocação das unidades produtivas no território brasileiro (BOMTEMPO, 2011, p.101), que, apesar de ser um dos componentes da reestruturação produtiva, não será o foco deste trabalho, já que uma das características do território de estudo é a relação e identificação do setor produtivo ao território em específico. Sendo assim, nesta conjuntura, cabe atentar para o que Pires *et al* (2006 denomina como “capital simbólico”:

A idéia de que o desenvolvimento é localizado e dependente de ativos e recursos próprios a certas regiões (“capital natural”, “capital humano”, “capital social”, “capital simbólico” , está na origem de numerosos estudos que trazem novas luzes para entender os mecanismos de indução do desenvolvimento local e regional (PIRES; MÜLLER; VERDI, 2006, p.448).

Nesse contexto é que os espaços locais e os espaços urbanos tendem a se constituir, cada vez mais, em novos pólos de articulação de interesses e a abrigar novos atores da regulação econômica e da promoção do desenvolvimento econômico.

Capítulo 3- Relações entre indústria, território e Reestruturação produtiva

Como já citado no capítulo anterior, as últimas décadas foram marcadas por uma transformação econômica, que resultou na concentração e centralização do capital e na desconcentração produtiva (BOMTEMPO, 2011).

Com esse novo paradigma, as relações entre território e indústria sofreram alterações, como o enfraquecimento das áreas tradicionais de produção industrial e o surgimento de novas áreas de atração. Sendo assim, a configuração espacial de muitos setores produtivos foi modificada. Neste sentido, são implementadas as medidas do processo de reestruturação, cabendo definir tal conceito, mas, antes, o de estruturação produtiva:

[...] entende-se por *estruturação produtiva* a distribuição das atividades produtivas por setores específicos que caracterizam a especialização de cada economia. Esta distribuição é definida pelas relações de compra e venda e pelo conjunto de proporções das diferentes parcelas que compõem a economia. A *reestruturação produtiva*, por sua vez, é entendida como o conjunto das transformações na estrutura produtiva das empresas e das sociedades em busca da modernização e diminuição de custos. Estas mudanças são motivadas pelo crescimento significativo da velocidade das transformações tecnológicas, pela situação conjuntural internacional e pelo processo de globalização econômica (DALL'ACQUA, 2003, *apud* SPOSITO; CÍCERO, 2009, p.254).

A partir desse modelo, é criado um contexto de concorrência entre as localidades, que pode ser analisado a partir da atração relacionada a fatores que promovam a otimização da produção e à diminuição de custos, ou pelas especificidades atrativas de determinados territórios (PIRES, 2006). Neste sentido, as políticas governamentais passam a ser um aspecto importante neste sistema de atração ou manutenção produtiva em determinada área. Sendo assim

nas estratégias competitivas da globalização, o desenvolvimento territorial é dinamizado por expectativas dos agentes econômicos nas vantagens locais, no qual o território é o *ator principal* do desenvolvimento econômico regional, e as políticas, as organizações, as instituições e a governança são *recursos* específicos, a um só tempo *disponível* ou a ser *criados*; quando disponível, tratar-se-ia de sua difusão no território, quando ausente, de sua criação (invenção e inovação) (PIRES; MÜLLER; VERDI, 2006, p.448).

Os territórios produtivos são rearranjados e passam a se orientar através de uma nova lógica de produção do sistema capitalista, podendo fazer parte de um território organizado, do ponto de vista institucional e econômico, visando o desenvolvimento máximo possível de suas atividades e buscando, ininterruptamente, a atração e a otimização de fatores e agentes que proporcionem tal dinâmica:

As configurações espaciais dos eventos característicos da economia mundial emergente podem ser apreendidas como um mosaico de regiões e de localidades produtivas especializadas, articuladas entre si e detentoras de processos complexos de crescimento endógeno. Tais regiões e localidades, além de proporcionarem nova lógica de dependências no espaço mundial, apresentam-se em diversos estágios e processos de desenvolvimento, desde simples aglomerações espaciais produtivas, passando por aglomerações especializadas em determinados setores econômicos até aglomerações com condições ideais de produção de especificidades e inserção territorial dos agentes presentes. Este terceiro estágio de desenvolvimento das aglomerações implica na vigência de coordenação entre os agentes, na manutenção de proximidades mais complexas entre estes, na conformação de projetos coletivos e na criação de condições necessárias para o desenvolvimento de processos de territorialização, ou seja, na conformação de verdadeiros territórios (PIRES; VERDI, 2009, p.83).

Neste contexto, é imprescindível entender a definição, as peculiaridades e o que representam as dinâmicas territoriais. Segundo Pecqueur,

as dinâmicas territoriais podem ser definidas como um encontro entre as estratégias das empresas com um potencial local de recursos (gerais e específicos) que revelam ou ativam suas estratégias. Para se conhecer essas dinâmicas, o território não pode ser considerado como um dado estatístico, um simples estoque ou reserva de recursos disponíveis no Estado, pois a dimensão histórica, inscrita no longo prazo do desenvolvimento, sugere que exista previamente um potencial localizado e uma memória coletiva de situações de coordenação com êxitos. Dessa forma, a questão decisiva no desenvolvimento local torna-se a ativação ou a revelação desse potencial e dessa memória (PECQUEUR, 2001, p.96 *apud* PIRES, 2006).

A partir do excerto acima, pode-se observar a importância do desenvolvimento local dentro do sistema produtivo, que é definido, ainda segundo o autor, como

[...] a permanência de uma representação de agrupamentos locais de empresas de pequeno tamanho, de espaços especializados de produtores e de uma cultura industrial que marca as práticas e as mentalidades dos atores. [...] (PIRES; VERDI, 2009, p.93).

Sendo assim, ao valorizar a localidade, o sistema produtivo valoriza, também, seus aspectos formadores, como a história do território e seus fatores geográficos. Deste modo, no estudo de um sistema produtivo e dos aspectos do desenvolvimento de um determinado local, deve-se relevar as dinâmicas de formação do território analisado: “[...] a ancoragem histórica da organização da produção em sistemas locais deve ser sempre evocada, antes de se querer descrever as formas contemporâneas e as perspectivas do futuro” (Pecqueur, 2001) (PIRES; VERDI, 2009, p.93).

Santos completa:

Cada momento da história tende a produzir sua ordem espacial, que se associa a uma ordem econômica e a uma ordem social. É necessário entender sua realidade a partir de forças que, frequentemente, não são visíveis a olho nu (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.289).

E é nessa perspectiva em que são concebidos os diferentes tipos de arranjos territoriais de produção, sendo que “a rapidez das transformações econômicas, que marcam a passagem do sistema produtivo fordista para formas de produção flexíveis, impõem mudanças na estruturação interna das cidades, e na relação entre as cidades de uma rede” (BELTRÃO SPOSITO, 1996, p.114).

Com a mudança das economias capitalistas a partir da recessão de 1973, dá-se maior ênfase à ação local para enfrentar os males relativos à capacidade declinante do Estado-nação em controlar os fluxos financeiros das empresas multinacionais. Assim, os investimentos incidem cada vez mais em esquemas de negociação entre o capital financeiro internacional e os poderes locais, que tentam ao máximo promover os atrativos locais associados ao desenvolvimento capitalista. Na transição capitalista de um regime *fordista-keynesiano* de acumulação para um regime de *acumulação flexível*, a governança urbana também se modifica: passa-se do *administrativismo urbano* para o *empreendedorismo urbano* (FUINI, 2010, p. 37-38).

Ainda em relação à abordagem da dinâmica de desenvolvimento local, é preciso entender que a noção de território é mais adequada do que a de região, pois esta última se insere em uma escala subnacional. Já o território engloba processos de ação e reconstrução social, independentemente da escala, para tratar de espaços industriais, sendo que “(...) não se define como um simples espaço delimitado de recursos, mas sim como o modo em que se estabelece um grupo em seu entorno natural que, na organização da localização de atividades, instaura e faz prevalecer as condições de comunicação/linguagem e de aprendizado coletivo” (Gilly; ecqueur, 1997, *apud* FUINI, 2010, p.26). Nesse sentido,

o território local pode compreender um determinado espaço institucional, social e cognitivo – um bairro, município, rede de municípios, arranjos produtivos, *clusters*, bacias hidrográficas, vales – que atenda aos seguintes condicionantes: (i) possua sinais de identidade coletiva (sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais, históricos, etc); (ii) mantenha ou tenha capacidade de promover uma convergência em termos de expectativas de desenvolvimento; e (iii) promova ou seja passível de uma integração econômica e social, no âmbito local (PIRES, *et al*, 2006, p. 444).

Em suma, o território local tem sido um ator com importância crescente no processo de desenvolvimento econômico do país, assim como nos sistemas de gestão e administração públicas, privadas ou mistas. Com isso,

o local passa então a ser valorizado, enquanto esfera de construção social, por meio das estratégias das empresas, via desconcentração e desverticalização industrial, e dos governos, via descentralização político-administrativa, descobrindo-se na proximidade de pequenas e médias empresas em aglomeração com outros atores locais um grande potencial para o desenvolvimento (FUINI, 2010, p. 28).

É neste contexto de modificações da economia e, essencialmente, do sistema produtivo, seguido da valorização da escala local, que surge a necessidade de organização de idéias e da busca por conceitos que englobem os mecanismos e os diversos fatores participantes do planejamento para desenvolvimento local, sendo assim, a noção de “governança territorial” constitui uma ferramenta importante na análise dos arranjos territoriais produtivos.

3.1 Governança Territorial

Como já citado no capítulo anterior, para a organização e o desenvolvimento efetivo dos arranjos espaciais de produção é preciso entender os elementos que compõem e sustentam esse tipo de configuração. Nesse sentido, a governança é um fator primordial na elaboração de estratégias de desenvolvimento territorial.

Esse processo de análise e planejamento tomou força a partir do já mencionado contexto de reestruturação produtiva nacional, quando pôde ser evidenciado um quadro de crescimento da atuação dos poderes locais e regionais e conseqüente descentralização administrativa e política do Estado, no que tange ao ordenamento territorial e produtivo.

O conceito de governança sugere que se coloque o acento nas formas de coordenação horizontal e vertical da ação pública. Isto é acompanhado de um enfraquecimento do Estado governamental, em proveito de outras autoridades estatais (a justiça, as autoridades independentes), das coletividades territoriais e de componentes da sociedade civil (BOURDIN, 2001, p. 137).

Para analisar a atuação da governança, é preciso ter em mente que a dinâmica territorial se apoia na formação de um aglomerado, constituído por um conjunto de características específicas, que conduzem a um determinado tipo de especialização. Essa dinâmica do território foi esquematizada por Colletis, Gilly et alii, 1999:

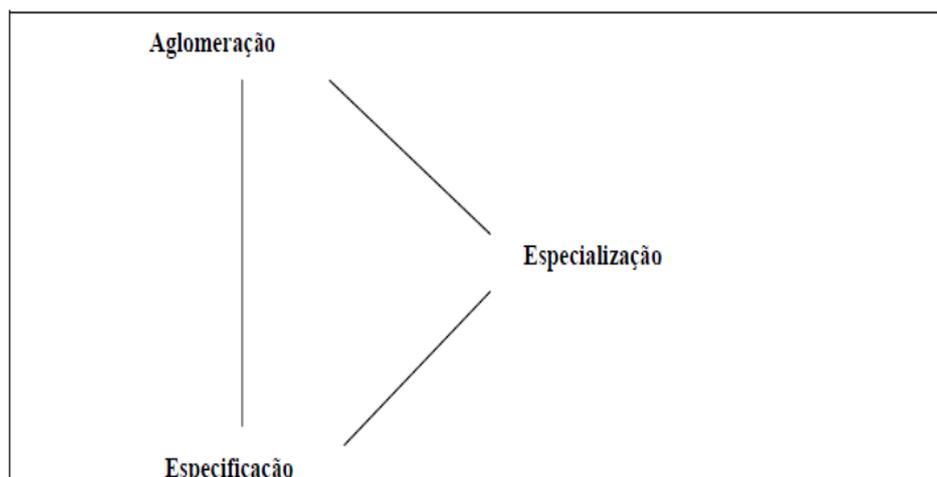


Figura 4: Dinâmica Territorial

Fonte: COLLETIS, GILLY et alii, 1999 *apud* FUINI, 2010, p. 41.

Sendo assim, a governança é um fator que promove a regulação de aspectos que buscam a organização e o desenvolvimento de determinados territórios, atrelando atores que podem ser públicos ou privados e se articulando com atores de escala local, regional e nacional.

O conceito de governança trata de formas de organização e coordenação que integram diversos tipos de instituições e agentes, constituindo “um tipo de regulação mista entre o político e o econômico, entre o local e o nacional, com forte conteúdo territorial” (FUINI, 2010, p.17).

A governança territorial pode ser entendida também como modalidade de coordenação das formas de desenvolvimento econômico envolvendo os atores e as formas institucionais em um dado contexto. Esses contextos podem variar de uma simples aglomeração (concentração de atividades econômicas heterogêneas coordenadas pelos preços do mercado), para uma especialização (concentração de empresas em torno de uma mesma atividade ou produto e que resulta em complementaridades, externalidades e projetos comuns), e, em último nível, chegando a uma especificação (existência de estruturas e formas de coordenação públicas e/ou privadas que internalizam os efeitos externos e dirigem o tecido econômico local) (FUINI, 2010, p. 40).

Neste contexto, a governança atua na composição das estratégias de desenvolvimento local através de agentes que se mobilizam, de preferência em ambiente de cooperação, em busca da regulação do território, considerando suas características, capacidades e potencialidades produtivas e relacionando-as aos processos e atores exógenos.

Sendo assim, o “capital social” é um dos componentes associados à noção de governança territorial, junto da capacidade de estruturação de instituições e organizações, que possuam proximidade, em busca de ajustes para o aumento de produtividade:

Mais importante que vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores. Esta proximidade supõe relações sociais diretas entre os atores. (ABRAMOWAY, 2000, p. 380)

Cabe ressaltar que são variadas as formas de organização que se envolvem ao conceito de governança. Podem ser desde conselhos de desenvolvimento local e regional, circuitos turísticos, até comitês de bacia, câmaras setoriais e arranjos produtivos locais (APLs), entre outros. Fuini (2010) elaborou um esquema que torna mais simples a compreensão da dinâmica de governança territorial:

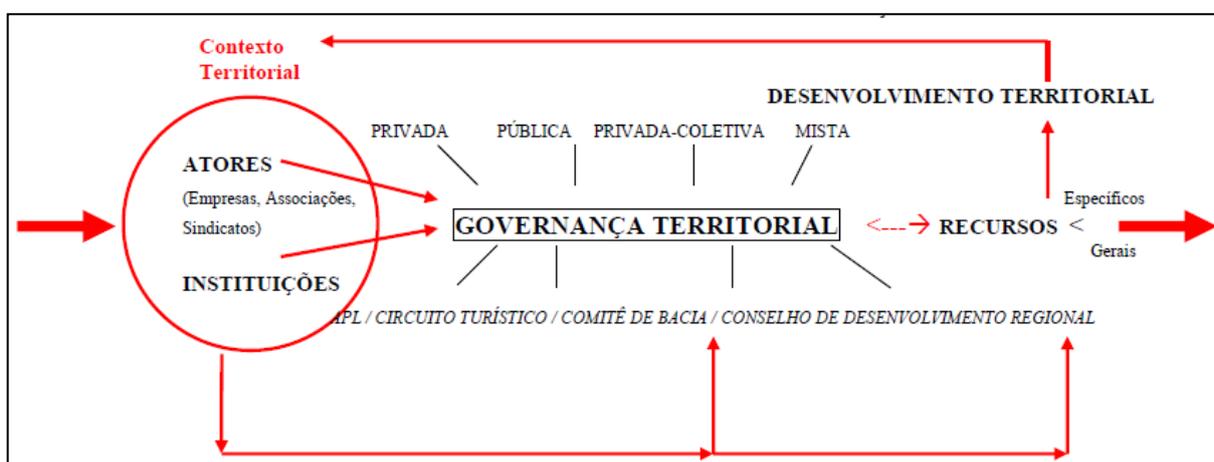


Figura 5: Fluxograma da Governança Territorial
Fonte: FUINI, 2010, p.18.

Em suma, pode-se perceber que o processo de desenvolvimento territorial e de produção de uma determinada área passa pela governança, que distribui atribuições às instituições e organizações, em busca de uma ação articulada e preferencialmente cooperativa na execução de estratégias vantajosas para o desenvolvimento do aglomerado em questão. Estas ações fazem com que o conceito de governança possa ter características e atuação de agentes exclusivamente do âmbito privado, do âmbito público, misto ou privado-coletivo.

Sendo assim,

a governança territorial interfere na competitividade das regiões ao definir formas de distribuição de poder em cadeias produtivas e outras formas de relacionamento comercial, institucional e industrial, fazendo convergir, em torno de um ator central, uma grande empresa, ou compartilhando em vários atores articulados por uma instância coletiva, a tarefa de definir as estratégias competitivas principais de um aglomerado produtivo local. E, neste sentido, se direcionam as características, estratégias e possibilidades inerentes ao processo de desenvolvimento territorial. (FUINI, 2010, p.53)

3.2 Arranjos territoriais de produção

Com a importância do fator local nas dinâmicas econômicas, faz-se imprescindível citar e analisar algumas das diferentes configurações territoriais que se desenvolveram e se relacionam aos processos produtivos. Neste contexto, Santos e Silveira atentam para o elemento de identidade histórica na formação dos atuais arranjos territoriais:

Algumas cidades são herdeiras de uma tradição surgida em períodos anteriores, mas cuja especialização se perfaz em décadas recentes [...] essa especialização vai criando uma economia de aglomeração, com a localização de empresas provedoras de embalagens, de fornecedores de componentes e de instrumentos de trabalho. Verificam-se ali as interseções do circuito produtivo (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.136).

É no contexto de reestruturação produtiva que a concentração espacial, ou seja, a aglomeração, ganha impulso. Sendo assim, o Distrito industrial marshalliano e o Arranjo Produtivo Local são os principais exemplos de organização produtiva em um mesmo território:

3.2.1 Distrito industrial marshalliano

Um dos mais tradicionais arranjos produtivos é o distrito industrial, formulado por Alfred Marshall, ao final do século XIX, e revisto por Becattini, no fim da década de 1970. Este conceito foi revitalizado no contexto da crise do fordismo e a transição para o taylorismo, e de mudança de configuração dos territórios produtivos.

Seu maior exemplo prático pôde ser visualizado na formação da “Terceira Itália”, área do território italiano (entre o norte industrializado, com empresas de grande porte e o sul, com pequenas empresas) que, caracterizado pela atuação de pequenas empresas, destacou-se no período recessivo do final dos anos 1970 e na década de 1980, quando grandes empresas viam decrescer seus lucros e sua produção, além do desequilíbrio gerado em relação à situação trabalhista (SPOSITO; CÍCERO, 2009).

Nesta área, a constituição de distritos formados por pequenas empresas, para a promoção do desenvolvimento regional, foi o fator que proporcionou o crescimento, através de relações e acordos políticos, econômicos e sócio-culturais que otimizaram a situação produtiva de tais áreas, buscando inovações e flexibilização (BECATTINI, 1994).

Sendo assim, o distrito industrial se apóia em iniciativas de cooperação e integração produtiva, que conta com a mobilização da sociedade e com o fomento governamental, para o desenvolvimento econômico local. “trata-se de uma concentração geográfica de pequenas empresas especializadas, próximas e inter-relacionadas, que se beneficiam de um conjunto de economias associadas à própria aglomeração” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.136).

Em suma:

O distrito industrial é uma entidade socioterritorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas em um determinado espaço geográfico e histórico. No distrito industrial, ao invés do que acontece noutros tipos de meios, como por exemplo as cidades industriais, tende a criar-se uma osmose perfeita entre a comunidade local e as empresas (BECATTINI *apud* MOURÃO, 2009, p.207).

3.2.2 Arranjo Produtivo Local

O conceito de Arranjo Produtivo Local (APL) foi elaborado por pesquisadores e instituições a partir da necessidade de compreensão das configurações territoriais dos sistemas produtivos e suas aglomerações, de acordo com a realidade brasileira. Constitui-se como mecanismo de ação política - de governos e outras organizações - visando promoção de desenvolvimento e competitividade local e regional de empresas de pequeno e médio porte, “combinando a reativação de economias de aglomeração com o suporte das vocações regionais” (U INI, 2010, p.69 .

Nesse sentido, os APLs caracterizam-se pela proximidade geográfica e especialização das empresas, que se relacionam através de vínculos cooperativos e de identidade, ligadas a organizações governamentais e de outros tipos, através de uma rede, em busca de otimização produtiva. A concepção do termo APL foi organizada, inicialmente, pela REDESIST (Rede de Pesquisa de Sistemas Locais de Produção e Inovação do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Segundo este grupo, os APLs representam

aglomerações espaciais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam vínculos e interdependência. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas e suas variadas formas de representação e associação. Envolvem, também, diversas instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. A participação e a interação das empresas podem ser desde produtores de bens e serviços finais até fornecedores de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos (escolas técnicas e universidades), pesquisa, desenvolvimento, engenharia, política, promoção e financiamento. Tais arranjos comumente apresentam fortes vínculos envolvendo atores localizados no mesmo território; por sua vez, as interações referem-se não apenas a empresas atuantes em diversos ramos de atividade e suas diversas formas de representação e associação (particularmente cooperativas), mas também as diversas outras instituições públicas e privadas. (LASTRES; CASSIOLATO, 2003, p. 10-11).

Pires e Verdi complementam:

O APL também detém capacidade de promover uma convergência em termos de expectativas de desenvolvimento local, estabelecendo parcerias e compromissos para manter e especializar os investimentos de cada um dos agentes no arranjo e seu entorno. Enfim, o APL pressupõe uma coordenação entre os mais variados agentes presentes num determinado recorte espacial. Tal coordenação entre os agentes eleva o Arranjo Produtivo Local ao *status* de território (2009, p.95).

Com isso, o território que configura uma APL é um ator determinante na organização e coordenação das políticas concedidas, definindo o tipo de governança na área. “Além disso, por estabelecer uma relação entre a base produtiva e o território, o APL adquire também um caráter multidimensional” (U INI, 2010, p.70).

Em publicação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Santos, et al. (2004), afirma que um APL se caracteriza enquanto concentração espacial de produção de bem ou serviço exportável para outras regiões, sendo a localização uma fonte de vantagem importante como um mecanismo de competitividade em relação a outras áreas produtivas e de atração de outras empresas (em um regime de cooperação); não no sentido de benefícios (fiscais, de transporte entre outros), mas como “vantagens competitivas da região que se realimentam com o crescimento do A L” (2004, p.171) e contribuam para setores ou cadeias específicas.

A localidade também deve fazer parte da imagem mercadológica da produção, além da necessidade do conhecimento tácito (desenvolvimento de atividades artesanais ou criativas) na área (SANTOS, et al., 2004).

Já a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo define APLs como

sistemas locais de produção (clusters), aglomerações regionais de empresas que atuam em atividades similares ou relacionadas. A Secretaria de Desenvolvimento atua em conjunto com o SEBRAE e a FIESP, na formação dos APLs. A expectativa é que micro, pequenos e médios empresários tornem-se mais fortes, potencializem-se e iniciem suas vendas para o mercado externo (DESENVOLVIMENTO...).

Neste contexto, vários fatores devem ser considerados na análise de um APL, relacionando a produção ao território. Segundo o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), são dimensões que norteiam a formação do arranjo em questão:

Dimensão	Características
1. Econômica	Refere-se aos ganhos propiciados pela economia de aglomeração (economias externas, de escala e escopo).
2. Geográfica	Abrange o território impactado direta ou indiretamente pela dinâmica dos atores públicos e privados do APL.
3. Tecnológica	O nível tecnológico e a capacidade de inovação interferem diretamente na competitividade e na consolidação dos aglomerados produtivos.
4. Ambiental	O contexto ambiental pode impor limitações ao desenvolvimento do APL, sobretudo considerando que o adensamento das atividades produtoras podem potencializar impactos indesejáveis (efluentes, resíduos, desmatamento, etc) ou apresentar vantagens – caso de APLs de base mineral, nos quais a disponibilidade de matérias-primas minerais em condições favoráveis de aproveitamento constitui em importante diferencial competitivo.
5. Institucional	As ações de grupos de indivíduos, formais e informais, e organizações diversas que atuam no território do APL influenciam a dinâmica e a distribuição dos ganhos econômicos e sociais dos APLs.
6. Governança	Diz respeito à capacidade de coordenação ou comando dos agentes que interagem no aglomerado (privados e públicos) no sentido da resolução de problemas comuns, acomodando interesses conflitantes, e que influencia decisivamente no desenvolvimento do APL.
7. Cooperação	As ações cooperadas permitem às micro, pequenas e médias empresas (MPME) conquistarem níveis de eficiência e produtividade que de maneira isolada não seria atingíveis. Exemplos: intercâmbio sistemático de informações produtivas, tecnológicas e de mercado; realização de programas comuns – treinamento, eventos e feiras; realização de projetos conjuntos – adequação ambiental dos empreendimentos, melhoria de produtos e processos, etc.).

Tabela 4: Dimensões dos Arranjos Produtivos Locais.

Fonte: IPT, 2005 *apud* FUINI, 2010, p.71.

Para o SEBRAE (Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa), os APLs são aglomerações produtivas, localizadas em um mesmo território, especializadas e atreladas entre si (em contexto de cooperação) e entre outros agentes locais, como o setor público e organizações privadas de diferentes áreas (instituições de crédito, ensino e pesquisa e outras) (SEBRAE, 2003 *apud* FUINI, 2010). Com isso, o SEBRAE organizou os objetivos e as estratégias de atuação dos APLs:



Figura 6: Organização do objetivo da atuação em APL e estratégia de atuação, segundo o termo de referência do SEBRAE.

Fonte: SEBRAE.

Além disso, a constituição de um APL pode ser reconhecida através da análise de fatores, com diferentes graus de desenvolvimento e manifestação. Para o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), é necessário “um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma

atividade produtiva predominante e o compartilhamento de formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança. Pode incluir pequenas e médias empresas” (MINISTÉRIO...).

A partir desta configuração, órgãos como SEBRAE (Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa), BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Finep (Financiadora de Estudos e Projetos/Ministério da Ciência e Tecnologia), Caixa Econômica Federal, FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e outros, tornaram-se assessores dos APLs.

Cabe ressaltar que os APLs foram considerados eixos centrais da política industrial e de desenvolvimento regional, nos Planos Plurianuais do Governo Federal (2004-2007 e 2008-2011), além de fazerem uma estratégia para promoção de desenvolvimento econômico e social, de acordo com as Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica de Comércio Exterior.

No Estado de São Paulo, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia apoia vinte e quatro APLs, sendo que algumas delas recebem atenção concomitante do SEBRAE-SP. Também são identificadas pela Secretaria vinte e duas aglomerações com potencial de se tornarem APLs (FUINI, 2010). Ainda há um Programa Estadual de Fomento aos APLs, instituído em 2009, que

autoriza os estabelecimentos a realizarem convênios com municípios do Estado almejando, além da transferência de recursos para o incremento de cadeias produtivas, a descentralização do desenvolvimento produtivo, o aumento da competitividade de micro, pequenas e médias empresas, o empreendedorismo e cooperação entre o setor produtivo, entidades de classe e de apoio, órgãos da Administração Pública, universidades, institutos de pesquisa/desenvolvimento/inação e centros de educação tecnológica (FUINI, 2010, p.75).

Como pôde ser observado, o conceito de Arranjo Produtivo Local não tem uma versão definitiva, podendo se inserir em diferentes estágios de organização produtiva e articulação entre si e com os agentes públicos e privados. São várias as interpretações em relação ao tema. Também não é consenso enquanto estratégia de desenvolvimento econômico. Com isso,

faz-se necessária a consideração de que o debate sobre APL e o uso dessa ferramenta como estratégia para organização de políticas públicas de desenvolvimento não é unanimidade no pensamento acadêmico. Alguns autores, como Brandão; Costa et al. (2006) criticam a aposta excessiva em modelos de desenvolvimento territorial como Distritos Industriais e Arranjos Produtivos Locais, pois concebem neles: a) apologia ao “localismo” e ao desenvolvimento endógeno para desenvolver regiões periféricas, deixando de lado a relação supralocal das redes econômicas globais; b) fragilidade institucional de modelos de arranjos de micro e pequenos negócios,

subordinados aos outros níveis político-administrativos (Estadual, Federal);
c) associação dos interesses privados e empresariais (competitividade) com o interesse público, sobretudo em regiões com alta especialização produtiva. (FUINI, 2010, p.76).

Sendo assim, cabe ressaltar que os APLs podem coexistir com outras formas de organização e políticas e programas de desenvolvimento, em caráter complementar, já que a organização em busca de desenvolvimento produtivo deve integrar ações de todas as esferas de atuação do setor público. Com isso, é importante reconhecer que os APLs vêm ganhando importância e conformando um mosaico de regiões produtivas e competitivas, que revelam identidades culturais próprias e experiências locais de desenvolvimento (PIRES; VERDI, 2009, p.84).

A partir deste apanhado sobre os processos de organização territorial, o presente trabalho buscou relacionar os aspectos teóricos à realidade da vitivinicultura desenvolvida no município de São Roque, desde sua gênese até os dias atuais. Para isso, foi necessário analisar as características gerais da cidade, tanto no que tange a sua formação, quanto aos aspectos político-econômicos mais relevantes na atualidade.

Capítulo 4 - São Roque: histórico e indicadores

Após a introdução teórica relacionada à organização territorial, busca-se analisar o contexto em que inicia o desenvolvimento da atividade vitivinícola no Estado e, em específico, no município de São Roque.

No caso paulista, a produção vitivinícola se estruturou como uma atividade extremamente relacionada à cafeicultura, pois, mesmo com diferenças de implantação dos parreirais e dos objetivos de cultivo, surge a partir das condições propiciadas pela produção do café. Monbeig descreve o percurso da produção cafeeira:

Freqüentemente descreveu-se o itinerário do café, que começou nas partes montanhosas do Estado do Rio de Janeiro, no segundo quartel do século XIX; acompanhou o vale do Paraíba do Sul, penetrando assim nas terras paulistas; depois, na segunda metade do mesmo século, expandiu-se pelo interior de São Paulo. Foi por volta de 1870-1880 que o movimento se intensificou, alcançando os planaltos ocidentais [...] (1984, p.23).

De maneira geral, a vitivinicultura paulista se constituiu como atividade de colonos realizada paralelamente à cafeicultura, com autorização do barão dono das terras ou como uma alternativa à produção cafeeira nos momentos de crise financeira, tornando-se uma empreitada aventureira para aqueles barões com visão da necessidade de diversificar sua produção.

A partir do estremecimento da economia cafeeira, em decorrência de crises internacionais e de superprodução, foi se estabelecendo uma preocupação no que diz respeito à produção monocultora do café, notando-se a necessidade de uma diversificação dos cultivos e conseqüente diversificação econômica. Com isso, alguns barões, observando o cultivo das vinhas realizado pelos colonos, enxergaram na viticultura uma das possíveis alternativas para a produção saturada do café. Segundo Cano:

À medida que o complexo cafeeiro se desenvolve e gera um processo crescente de urbanização – decorrente de atividades afins, do comércio da indústria, etc – o sistema reclama também, a expansão da agricultura independente da atividade nuclear, ou seja, *aquela que é feita fora da propriedade cafeeira* operando com seus próprios recursos físicos. Esta modalidade agrícola cresceu mais dinamicamente após 1900, período em que a expansão da cidade de São Paulo e de alguns outros núcleos urbanos paulistas se torna evidente. A vitivinicultura, por exemplo, é uma exceção ao condicionante da urbanização em grande escala, mas, ao mesmo tempo, ela requer uma atividade especializada, razão pela qual só se desenvolve independentemente da atividade cafeeira (1998, p.72).

Também a vitivinicultura pôde servir, em um momento posterior, como a atividade dos colonos em suas propriedades, adquiridas através dos excedentes acumulados nas lavouras de café, ou obtidas quando serviram de mão-de-obra na recém estabelecida indústria. Santos atenta para as condições destas pequenas propriedades dos colonos:

Foram confinados a terrenos desfavoráveis quanto à localização, como ocorreu no Sul, ou quanto à qualidade, como ocorreu no Sudeste. Em suma, a pequena propriedade dos projetos de colonização não decorreu de transformações econômicas e sociais que tornassem difícil a sobrevivência do latifúndio; ela surgiu, na verdade, como complemento deste, como a nova condição de reprodução da grande lavoura. A pequena lavoura emergiu geográfica ou institucionalmente sitiada pela grande propriedade (1984, p. XIII).

Nesta busca pela produção diversificada, foi fator relevante a participação de órgãos estatais ligados à agricultura, como a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, a Escola de Agricultura “Luís de Queiroz” e principalmente o Instituto Agrônomo de Campinas (ROMERO, 2004).

O cultivo de uvas e a produção vinícola se estabeleceram nos fins do século XVIII e principalmente no início do século XIX, em diversas áreas no Estado de São Paulo, porém as cidades que se estruturaram posteriormente de maneira efetiva como pólos da vitivinicultura paulista foram Jundiaí e São Roque. Segundo Romero (2004), nessas regiões próximas à capital, o surgimento da atividade assim como sua consolidação ocorreu de formas distintas, porém atreladas à produção cafeeira. Neste período, se forma o “polígono da viticultura paulista”:

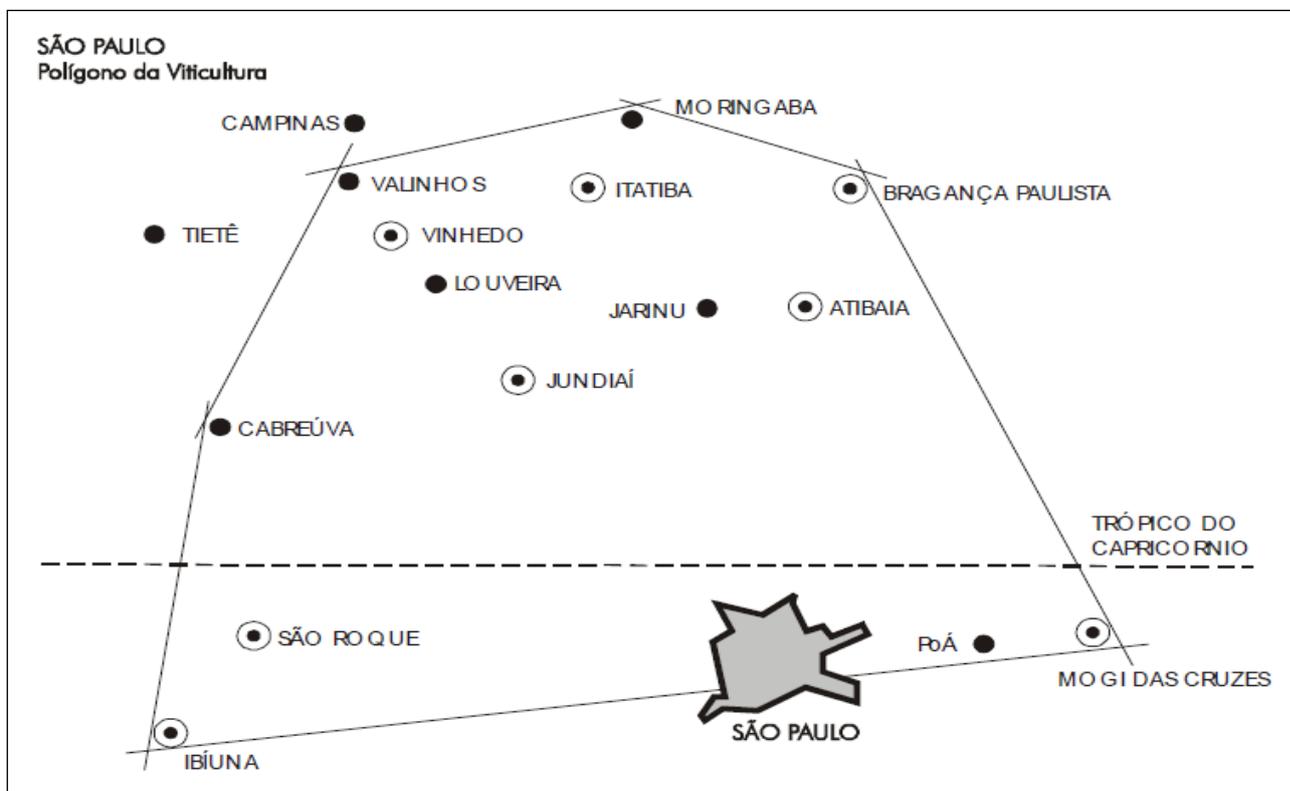


Figura 7: Esquema do polígono da viticultura do Estado de São Paulo no início do século XIX.
Fonte: Romero, 2004, p.147.

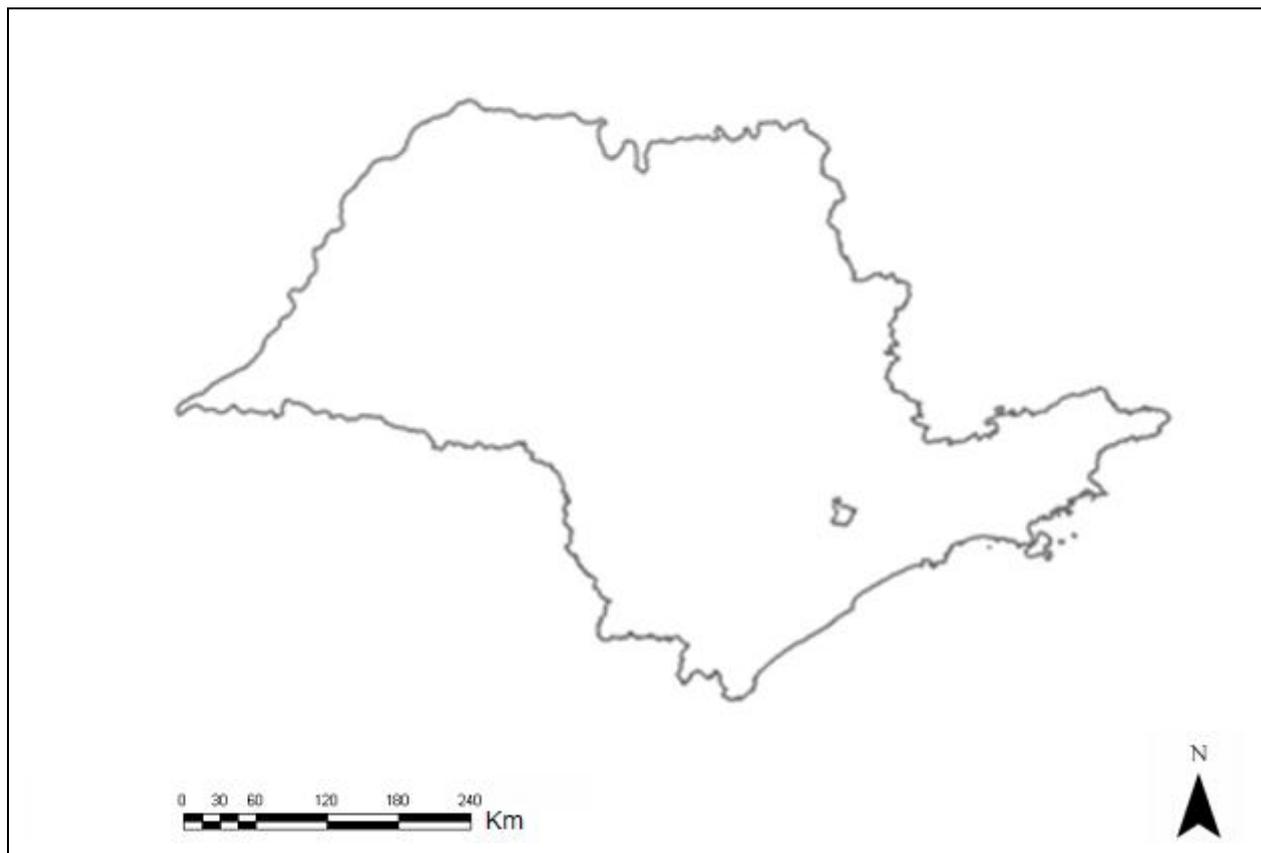


Figura 8: Localização do município de São Roque no Estado de São Paulo.
Org.: CARVALHO, J.M.R.M. de.

Neste momento, a população instalada na região era formada por descendentes dos primeiros povoadores da área, fortemente influenciada pelo bandeirantismo, e constituída majoritariamente por portugueses, responsáveis pelas primeiras tentativas de cultivo de uvas em São Roque. (PREFEITURA..., 2011). Monbeig aponta a importância das Bandeiras no processo de povoamento paulista:

Em seu conjunto, esboça-se o povoamento do século XVIII, quando as minas de Goiás, do Mato Grosso e do Paraná tinham suscitado as Bandeiras dos paulistas. Ao longo das estradas, haviam-se fixado os pousos, núcleos de povoamento e pontos de partida da ocupação agrícola do solo (1984, p.25).

Ainda segundo Monbeig, “Tornava-se urgente a construção de estradas de ferro. À medida que as plantações se afastavam do litoral e que aumentava o volume da produção, o problema da distância apresentava-se cada vez mais seriamente” (198 , p.98 .

A partir da implantação da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1875, a situação de São Roque mudou significativamente, com a atração dos profissionais que trabalhavam na empreitada. Conseqüentemente, a instalação da Sorocabana e de suas oficinas estimulou a vinda de outros técnicos e comerciantes, impelindo o desenvolvimento demográfico da

região, além da comunicação com a capital. Segundo Alvim: “pequenos sitiantes ocupam áreas ainda por desbravar, onde faltava tudo: meios de comunicação, mercados consumidores etc. A vantagem decorrente dessas condições estava no fato de que as terras custavam menos” (Alvim, 1999, p. 02).

Somando-se a estes fatos, foi de extrema importância para o aumento da população e o efetivo surgimento de novas oportunidades de desenvolvimento à situação são roquense, a implantação das primeiras fábricas, trazendo consigo um contingente de imigrantes portugueses e seus descendentes (de regiões próximas); e italianos, os quais chegaram, diferentemente do habitual, em pequenas quantidades para trabalharem como operários, comerciantes, ou para lavrar suas próprias terras, conseguidas através dos excedentes acumulados quando do trabalho no cultivo de café.

Neste caso, os italianos já estavam mais habituados à cultura brasileira (ROMERO, 2004). Trento aponta as condições de estabelecimento dos colonos italianos em novas áreas:

Muitíssimos colonos, tendo deixado a fazenda com um pequeno pecúlio – que, principalmente nos primeiros anos, quando foram abertas novas e grandes plantações de café, era mais fácil reunir –, estabeleceram-se nos lugarejos e abriam um comércio.” (*Cinquant’anni di Lavoro degli Italiani in Brasile*, São Paulo, 1936, p. 228 *apud* TRENTO, 1989, p.118).

Tornou-se maior o envolvimento de São Roque em relação ao plantio de uvas através dos colonos, porque, mesmo havendo algumas experiências com a viticultura na época de seu povoamento, em meados do século XVII, a região só alcançou uma produção mais relevante (com uma preocupação inicialmente voltada à subsistência e sutil comércio artesanal) com a chegada e estabelecimento de portugueses e italianos, nos fins do século XVIII, que haviam trazido a cultura da vinha como bagagem de seus países de origem. A produção são roquense era voltada muito mais para a fabricação de vinhos do que para a comercialização de uvas de mesa, como no caso de Jundiaí (ROMERO, 2004).

O cultivo das uvas foi alavancado, assim como de outras culturas alternativas, a partir da necessidade de diversificação econômica produzida pelas incertezas dos lucros das lavouras de café, principalmente após a crise de 1929. Com isso, houve importante mobilização de alguns órgãos públicos com o intuito de promover culturas alternativas e também incremento da produção voltada ao mercado interno. Foram os principais: a Secretaria da Agricultura do estado de São Paulo, a escola de Agricultura “Luís de Queiroz” e, principalmente, o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC).

Pela complexidade do processo de vinificação, era necessário um grande fomento de órgãos públicos, através de assistência e pesquisa. A vitivinicultura não foi a única atividade que recebeu apoio dos órgãos estatais. Tal impulsão foi fruto da necessidade de se criar

alternativas à produção cafeeira em declínio, e da preocupação em desenvolver produções voltadas ao mercado interno (ROMERO, 2004).

É imprescindível entender que este cultivo, assim como muitas outras atividades, era considerado marginal, já que estava fora das perspectivas daqueles que lucravam fortemente com a produção cafeeira, e não atraía muitos interesses, excluídos os imigrantes a alguns barões dispostos a financiar uma nova e aventureira alternativa, sem nenhuma segurança com relação aos seus investimentos.

Nas áreas de produção vitivinícola, a importância do fomento dos órgãos públicos foi explicitada com a implantação de Estações Experimentais da seção de viticultura, atrelada à Seção de Frutas de Clima Temperado em São Roque (implantada em 1928) e Jundiaí (1936).

Estas Estações Experimentais, alocadas em antigas fazendas particulares ou Campos de Demonstração (pertencentes à Divisão de Fomento Agrícola da Secretaria da Agricultura), tinham o objetivo de pesquisar os cultivares mais adequados para cada região produtora, incorporar novas variedades (muitas vezes importadas da França, Itália e Portugal), além de melhorar o cultivo daquelas já utilizadas e assistir tecnicamente os viticultores.

A criação da Cooperativa Vinícola e Agrícola do Estado de São Paulo, no início da década de 30, em São Roque, foi importante para impulsionar a produção de vinhos da região. Junto dessas medidas foram incorporados cursos de enologia, os quais traziam aos viticultores técnicas de fabricação, normas de higiene e cuidados com os processos da produção dos vinhos, desde o plantio das uvas até o armazenamento.

Estes cursos de especialização eram de extrema importância, principalmente porque os vitivinicultores em geral possuíam técnicas artesanais e desconheciam, por exemplo, os teores adequados de açúcar e acidez dos tipos de vinhos voltados à produção comercial. Com isso, os vinhos produzidos eram considerados de baixa qualidade.

Oliveira aponta a relação entre o interesse capitalista industrial e o pequeno produtor:

A produção de uva tem apresentado transformações em suas relações com o capital industrial e mercantil, que se consolida ante toda a legislação sanitária e cria condições para impedir a continuidade da indústria vinícola doméstica rural, a qual se constituiu, no início, um dos elementos básicos na agricultura camponesa da uva (1980, p.42).

Além da necessidade de adquirir conhecimentos para melhoria da produção, também era imprescindível dominar as melhores técnicas para driblar os problemas climáticos e as doenças das plantações. Isto porque o clima da região de São Roque é considerado temperado úmido, com índices pluviométricos maiores do que a necessidade das uvas, trazendo transtornos, sobretudo com a proliferação de doenças relacionadas com umidade,

principalmente a filoxera, que possui histórico de arrasar áreas produtoras de uva em diversas partes do mundo.

Para a consolidação da atividade vitivinícola no município, foi de extrema importância a proximidade da Estrada de Ferro Sorocabana e da rodovia São Paulo-Sorocaba. Outro fator relevante para a consolidação da área foi o estabelecimento, em 1936, de duas empresas vitivinícolas: a Fazenda Cinzano e a Fazenda de Gância. A partir de então, a produção de uvas dessa área passou a ser totalmente destinada ao abastecimento de tais indústrias, que, em benefício próprio, auxiliavam os agricultores.

Cabe ressaltar que a estruturação dessas indústrias ocorreu a partir da aquisição de sítios e pequenas propriedades, além de que a vinificação das uvas produzidas na região só foi estabelecida efetivamente uma década após a implantação das Fazendas, motivada principalmente pela falta de matéria prima.

É importante esclarecer que até o início da década de 1930 a vitivinicultura são-roquense teve seu desenvolvimento impulsionado de maneira quantitativa, com o aumento de pequenas propriedades envolvidas na produção de uvas e geralmente envolvendo toda a família. Constituídas pelo terreno do cultivo, alguns poucos equipamentos para a produção dos vinhos e uma pequena adega. liveira completa: “A grande maioria dos trabalhadores no campo estão situados nos pequenos estabelecimentos, e fazem do trabalho familiar a essência da riqueza produzida” (1980, p.58 .

Neste período, através da fabricação artesanal e a falta de conhecimentos adequados, a atividade não foi bem sucedida, sendo o cultivo das parreiras realizado de maneira inadequada e a produção dos vinhos, de baixa qualidade, o que subordinou ainda mais o pequeno produtor ao capital industrial, como explica liveira: “ m alguns casos é a pressão da fiscalização sanitária que em nome da saúde pública, defende unilateralmente o capital industrial” (1980, p.52 .

A partir do fomento dos órgãos estaduais, e do maior envolvimento local com a atividade, pôde-se observar, em meados de 1950, o desenvolvimento qualitativo da produção vitivinícola, agora contando com o estabelecimento de indústrias vinícolas de porte maior e estruturadas em grandes propriedades, diferentemente da produção das décadas anteriores, baseada na pequena propriedade e no trabalho familiar.

É importante ressaltar, também, a atuação do Sindicato dos Fabricantes de Vinho de São Paulo, fundado em 1936, a partir da organização de 20 proprietários rurais. No ano seguinte, tal associação já estava afiliada à Federação dos Sindicatos Patronais da Indústria de São Paulo, posterior FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

Na década de 1940, a entidade passa a se chamar Sindicato da Indústria do Vinho (Sindusvinho). Sendo que em 1942, organizou a primeira Festa do Vinho da cidade, que só volta a ser realizada dez anos depois e

por 35 anos, as histórias do Sindicato e da Festa do Vinho confundiram-se com a da própria cidade de São Roque. Foi um período de grande impulso ao setor vinícola, embalado pelo aumento da produção e da fama crescente da Festa. Em 1969, cerca de 150 vinicultores dividiam a produção de 8 a 12 milhões de litros de vinho por ano, enquanto a festa recebia visitantes em números crescentes, a cada edição (SINDUSVINHO...,2011).

A partir da década de 1960, por sua localização privilegiada, com acessos pelas Rodovias Raposo Tavares e Castelo Branco, a valorização imobiliária do município foi inevitável, sendo mais lucrativo para muitos pequenos proprietários de vinícolas vender suas terras do que continuar investindo em uma atividade tão complexa.

Este processo de crescimento e urbanização foi de grande importância para o município no âmbito geral, pois facilitou a comunicação e trouxe maiores oportunidades para o desenvolvimento do município.

A vitivinicultura que, na década de 50, era atividade praticada em aproximadamente uma centena de propriedades, perdeu muito espaço com esse processo, restando atualmente cerca de treze instalações voltadas à produção vinícola.

A produção artesanal de vinhos foi sendo suprimida pelas novas características de São Roque. Mesmo assim, as vinícolas que prosseguiram com as atividades foram se modernizando e conseguiram se estabelecer de maneira sólida.

Atualmente, a maioria das vinícolas do município encontra-se instalada em uma área única, denominada, para fins turísticos, de Estrada do Vinho. Ela é uma extensão da Rodovia Estadual Quintino de Lima, via que interliga a Rodovia Raposo Tavares (SP-270) com a SP-250 que, na região, liga a cidade de São Roque a Ibiúna.

A atual configuração das principais vias de acesso dentro do município pode ser observada a seguir:

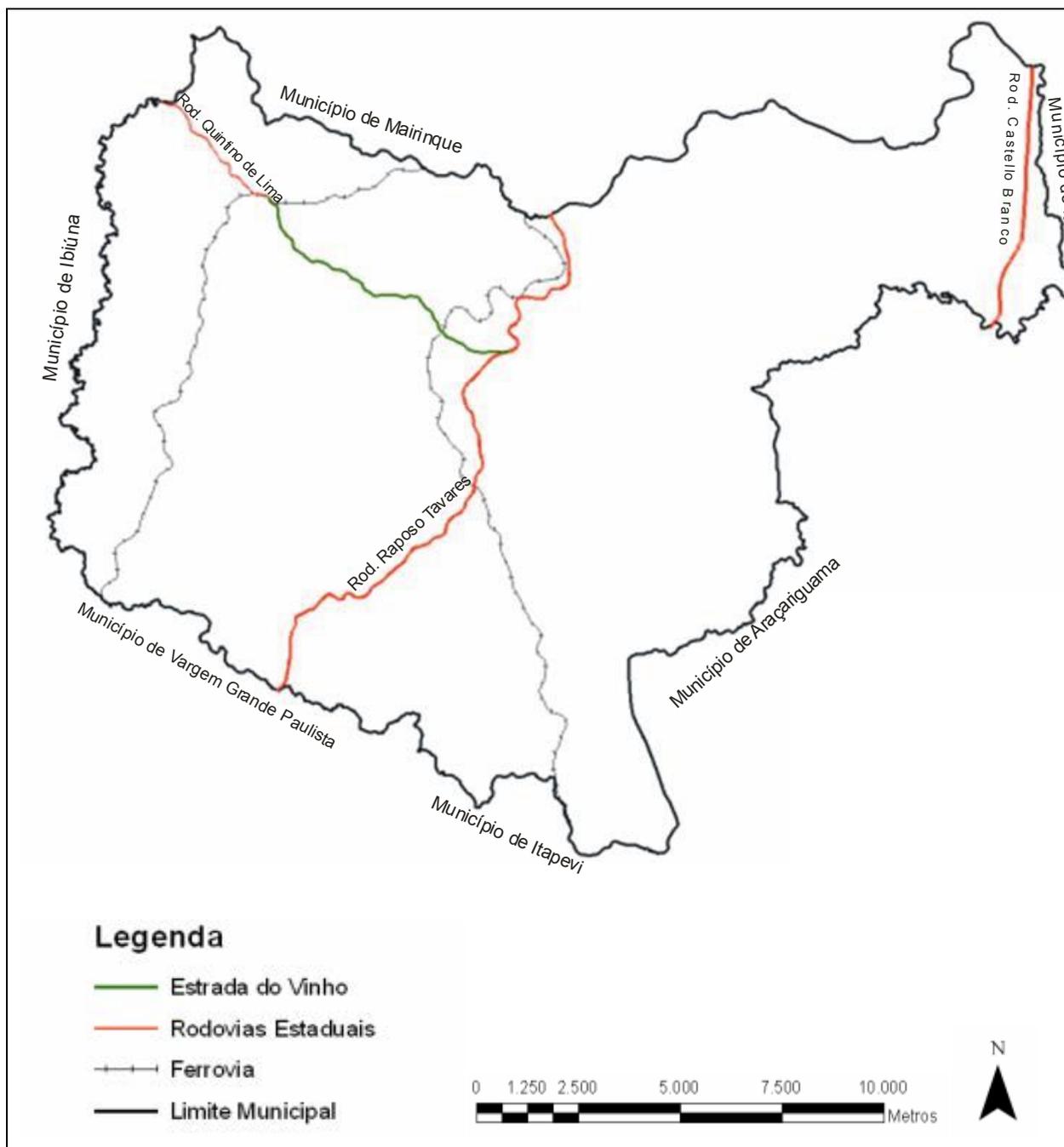


Figura 9: Localização das principais vias de acesso dentro do município de São Roque.
Org: CARVALHO, J.M.R.M. de.

O município, de 306 km² caracteriza-se, atualmente, por uma população de 80 mil habitantes, sendo mais de 90% urbana e PIB *per capita* de 15.381 reais (SEADE, 2011). A vinicultura tem destaque, pois São Roque é o município que destoa quanto à produção de vinho no Estado de São Paulo. Segundo a FIESP, no ano de 2009, o município foi a principal localidade voltada à fabricação de vinho no Estado de São Paulo:

Tabela 5 - Quantidade de Estabelecimentos da Indústria – Fabricação de Vinho – 2010	
Município	Nº de estabelecimentos
São Roque	12
Jundiaí	8
São Paulo	7
Presidente Prudente	3
Americana, Araçatuba, Assis, Atibaia, Campinas, Espírito Santo do Pinhal, Guarulhos, Itatiba, Porto Ferreira, Rafard, Santo Antônio do Jardim, São Carlos, Sumaré, Taubaté	1

Fonte: FIESP, Atlas da Competitividade da Indústria. (MTE/Rais).
Org: CARVALHO, J.M.R.M.de.

É importante ressaltar que São Roque também se destaca quanto ao destino do cultivo da uva (fabricação de vinho), já que as outras áreas de produção vitícola se voltam para a produção de uvas de mesa. Cabe adicionar que o cultivo da fruta tem sofrido grande diminuição ao longo dos anos, tanto em São Paulo, quanto na região Sul.

Este processo se deve à progressiva substituição da área cultivada no Estado pela uva produzida no Rio Grande do Sul (além das crises econômicas e fatores climáticos). No caso de São Roque, há busca por matéria-prima que permita a produção de vinhos de melhor qualidade.

Ainda assim, algumas empresas do município mantêm algumas áreas de cultivo e as de maior porte possuem campos de experimentação. A produção de uvas no município, durante as duas últimas décadas pode ser observada na tabela a seguir:

Ano	Área Colhida (ha)	Produção (ton)	Valor da Produção (mil reais)
1990	644	5.150	-
1991	561	7.535	-
1992	486	3.750	-
1993	346	3.895	-
1994	220	3.550	-
1995	220	2.950	419
1996	34	745	112
1997	20	445	111
1998	30	450	428
1999	-	-	-
2000	29	456	520
2001	22	380	1.098
2002	30	309	185
2003	29	315	181
2004	31	315	208
2005	29	315	252
2006	29	315	219
2007	70	1.050	515
2008	29	315	219
2009	36	474	597

- sem dados disponíveis

Fonte: Fundação SEADE.

Org: CARVALHO, J. M.R.M. de.

Neste contexto de mudança das características da produção vitivinícola ao longo dos anos, é importante entender a lógica das empresas que ainda atuam, destacando a história de formação e as modificações incorporadas ao processo produtivo das mesmas que, atualmente, buscam confirmar sua identidade histórica e enfatizar as medidas adotadas para a manutenção e crescimento, já que “em todo processo industrial, a empresa, qualquer que seja seu tamanho, é levada a tomar decisões fundamentais que lhe permitirão definir suas principais estratégias” (FISCHER, *apud* FIRKOWSKI; SPOSITO, 2008, p.23).

Capítulo 5 - O município no contexto da reestruturação produtiva: Ambiente institucional e Políticas Públicas atuais

Ao tratar das características mais recentes do município de São Roque e de sua atividade vitivinícola, é preciso conhecer alguns dos indicadores gerais do setor. Sendo assim, de acordo com dados, de 2009, do Atlas da Competitividade da Indústria da FIESP, são treze estabelecimentos voltados à fabricação de vinho em São Roque.

O município representa aproximadamente 30% da produção deste setor no Estado de São Paulo, gerando emprego direto a 126 trabalhadores. Cabe ressaltar que o pequeno número de funcionários se deve à necessidade de certa especialização técnica da atividade, recente terceirização do setor e progressiva diminuição da área plantada em São Roque.

Comparando o município a Jundiaí, outro polo de produção vitivinícola do Estado, pode-se observar a maior relevância da atividade na economia de São Roque, já que a especialização de estabelecimentos voltados à fabricação de vinho é superior (4,5%) a de Jundiaí (0,6%)².

Tabela 7- Indicadores gerais da Indústria de Vinho de São Roque e Jundiaí- 2010		
Informação	São Roque	Jundiaí
Quantidade de estabelecimentos	12	8
Coefficiente de Concentração de Estabelecimentos (%)	28,571	19,048
Empregos Ocupados	126	624
Coefficiente de Especialização de Estabelecimentos (%)	4,528	0,62

Fonte: FIESP, Atlas da Competitividade da Indústria (MTE/Rais).
Org: CARVALHO, J. M.R.M. de.

Neste contexto mais recente, as empresas que prosseguem com as atividades têm a necessidade de buscar alternativas de produção e mercado. Essas medidas podem ser exemplificadas como melhorias das técnicas de fabricação (troca dos equipamentos obsoletos para os mais modernos), incorporação de novos produtos, parcerias locais e busca por maior inserção no mercado que, de acordo com Benko (2002), são ações que também se inserem nas práticas do contexto de reestruturação produtiva:

² Segundo o glossário do Atlas da Competitividade da Indústria da FIESP, o Coeficiente de Concentração de Estabelecimentos indica a importância da localidade no Estado, de acordo com a quantidade de estabelecimentos da atividade selecionada. Já o Coeficiente de Especialização de estabelecimentos “mede a importância de determinada atividade dentro da estrutura econômica da localidade, baseada na quantidade de estabelecimentos na atividade. Cabe ressaltar que os dados do Atlas da Competitividade da Indústria da FIESP são coletados a partir da base da Rais/MTE.

[...] trata-se de utilizar as virtualidades tecnológicas da automação como suporte material a fim de remodelar a organização do trabalho, os processos de produção, os sistemas de gestão e a qualidade dos produtos ou mesmo a norma social de consumo (BENKO, 2002, p.22).

Em relação à atividade vitivinícola em si, e especificamente no município de São Roque, Verdi completa:

Nesse sentido, a recuperação dos recursos existentes na região, como a tradição em torno da viticultura, constitui uma estratégia importante na busca pela identidade local, elemento importante para a caracterização de um Arranjo Produtivo e item cada vez mais valorizado no contexto competitivo atual (2005, p.75).

Uma destas empresas é a Vitivinícola Góes, que a partir da década de 1980 iniciou um processo de modernização, contando com a implantação de um campo experimental para cultivo das vinhas, a formação de uma distribuidora de bebidas, o início de uma parceria com uma vitivinícola gaúcha, (para suprir demanda de matéria prima e lançar nova linha de produtos), a implantação de um restaurante em suas instalações e a inserção de novos produtos no mercado; produzindo cerca de 9 milhões de litros de vinho por ano (SATO, *et al*, 2010).

Cabe ressaltar que a produção vitivinícola exige grande conexão entre as esferas da agricultura e da indústria, explicitadas na relação de dependência entre as cadeias produtivas da uva e do vinho.

Segundo Verdi:

[...] a viticultura assume grande importância na vida econômica e social dos municípios onde se desenvolve. Além desses benefícios, destacam-se as possibilidades de articulações da produção de uva com outros setores da economia, sobretudo a agroindústria e o turismo. (2005, p.74).

Além da relação entre agricultura e indústria, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, a atual configuração da viticultura de São Roque possui outras especificidades, como a formação de uma aglomeração com potencial para se transformar em um Arranjo Produtivo Local (APL).

De acordo com o BNDES, a APL do vinho paulista é composta apenas pelo município de São Roque, porém sua configuração é apenas identificada, mas não recebe apoio da Secretaria estadual supracitada (SANTOS *et al*, 2004).

Já segundo informações do Instituto de Economia Agrícola (IEA), já existe uma APL do vinho paulista, sendo composta por produtores de uva e vinho das cidades de Jundiaí,

Valinhos, São Roque e Louveira que se organizam em associações e sindicatos, além de fazerem parte do Pólo Turístico do Circuito das Frutas (exceto São Roque). Estes municípios caracterizam-se pela diversificação de atividades em torno da vitivinicultura, desenvolvimento do turismo rural e auxílio recebido por entidades de pesquisa como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC).

Como citado no capítulo 2, pôde ser observado que o conceito de Arranjo Produtivo Local não tem uma versão definida, sendo que cada órgão ou instituição possui parâmetros de análise, além de poder classificar as aglomerações em diferentes estágios de organização produtiva e articulação entre si e com os agentes públicos e privados.

O que se pôde depreender, a partir dos aspectos observados e analisados até então na pesquisa, é que a caracterização atribuída à aglomeração de São Roque pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo demonstra ser mais coerente, por considerar APLs como sistemas locais de produção (clusters), aglomerações regionais de empresas que atuam em atividades similares ou relacionadas, além de atuar conjuntamente com o SEBRAE e a FIESP (SECRETARIA...).

De modo geral, o que mais importa para este estudo é inserir a compreensão de que, sendo um APL efetivo, ou uma aglomeração com potencial para sê-lo, o debate sobre os arranjos produtivos e o uso dessa ferramenta como estratégia para organização de políticas públicas de desenvolvimento é um fator importante e evidente na configuração da realidade socioeconômica no Brasil.

5.1 Políticas Públicas Estaduais: A Câmara Setorial de Uva e Vinho

Neste contexto, é essencial ressaltar que o fortalecimento das atividades vitivinícolas no Estado de São Paulo ganhou mais impulso a partir da criação do Instituto Paulista de Vitivinicultura (SP-Vinho), em 2004, que possui ligação com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e pleiteia ações junto ao governo estadual, a partir da já instituída 28ª Câmara Setorial de Uva e Vinho (CSUV), vinculada à Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (CODEAGRO), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, que visa planejamentos e tomada de atitudes a temas relacionados à cadeia produtiva do vinho.

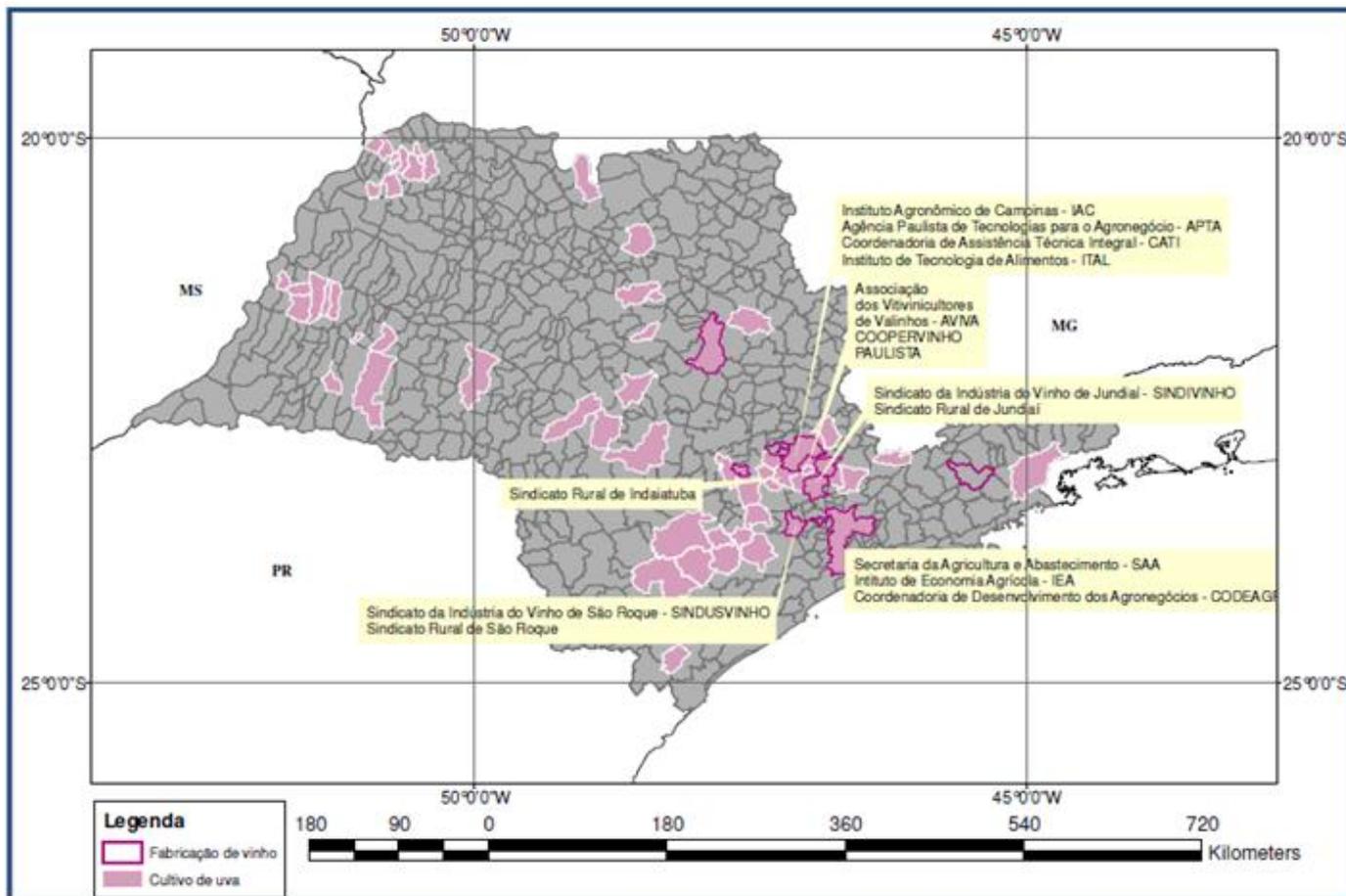


Figura 10: Mapeamento dos elos básicos da Cadeia Produtiva Vitivinícola de São Paulo (2006)
 Fonte: Chiapetta, 2010, p.17.

Cabe ressaltar que as Câmaras Setoriais surgiram como uma alternativa voltada à autoregulação e certa independência diante de algumas atribuições antes exclusivas ao Estado, contando com a participação dos setores produtivos, dos trabalhadores envolvidos em tais setores e do governo.

No Brasil, a adoção deste modelo organizativo acontece na década de 1980, no setor automobilístico (CHIAPETTA; PIRES, 2009). Atualmente, as câmaras setoriais são importantes por serem um instrumento de governança nos segmentos em que atuam.

No Estado de São Paulo, ocorre, desde 1997, a implantação câmaras setoriais de agronegócio, contemplando, atualmente, 28 setores relacionados à agropecuária paulista.

Cabe ressaltar que a criação da 28ª Câmara Setorial de Uva e Vinho (CSUV), partiu da articulação do município de São Roque com outros âmbitos do poder público, sendo que o presidente da Câmara é um grande produtor do município, além de ser presidente do sindicato do setor, em São Roque (Sindusvinho).

Os municípios que são membros da 28ª Câmara Setorial de Uva e Vinho (CSUV) são Jarinú, Jundiaí, São Miguel Arcanjo e São Roque:

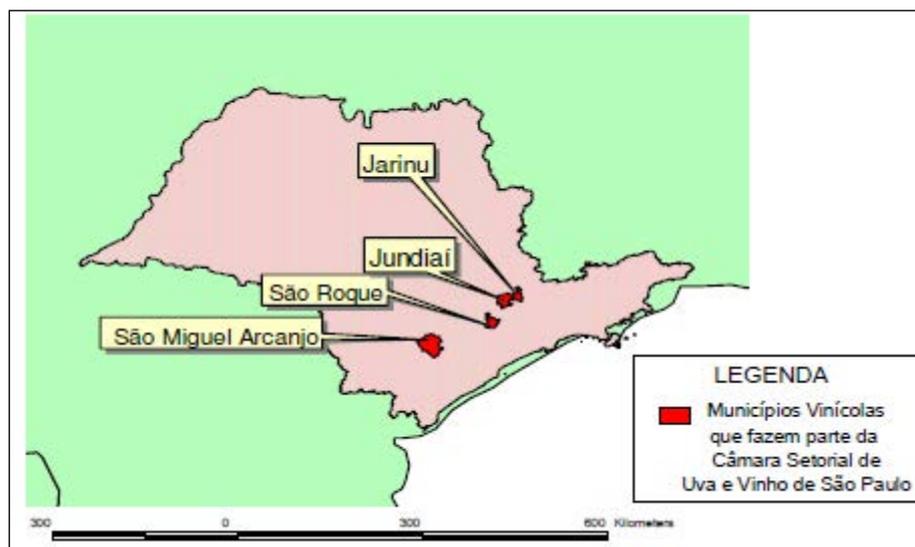


Figura 11: Municípios integrantes da Câmara Setorial de Uva e Vinho de São Paulo.
Fonte: CHIAPETTA; PIRES, p.10, 2009.

Esses quatro municípios apresentam características distintas em relação à produção de uva e vinho: São Miguel Arcanjo tem grande cultivo de uva fina para mesa (consumo *in natura*); em Jundiaí e Jarinu, há destaque para produção de uvas americanas de mesa. O município de São Roque produz pouquíssima quantidade de uvas, e apenas voltada ao processamento, cuja produção vinícola também é destoante dos outros municípios.

Uma das implicações dessa articulação entre os órgãos do setor público é o projeto “evitalização da Vitivinicultura paulista: competitividade, governança, e sustentabilidade”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Cabe salientar também a realização dos Simpósios em Pesquisa e Desenvolvimento em Vitivinicultura do Estado de São Paulo, realizados em 2006 e 2007.

Neste sentido, toda a mobilização realizada a partir dos órgãos públicos tenta atuar de maneira integrada, instituída no contexto de governança, além de abranger vários âmbitos de pesquisa, contemplando toda a cadeia produtiva.

A expectativa para o setor do vinho paulista é de crescimento, ainda mais com as medidas tomadas pelo Governo do Estado de São Paulo, como o Programa Paulista de Desenvolvimento Vitivinícola – “*Pró-Vinho*”, visando à especialização e qualificação da mão-de-obra e de profissionais envolvidos com a enologia.

Esse processo de revitalização da cadeia vitivinícola paulista tem uma conotação técnica e tecnológica, através de medidas que viabilizem a manutenção do setor no estado de São Paulo. O principal argumento apontado é o declínio da produção de uva e vinho em municípios historicamente produtores. Em linhas gerais, através do desenvolvimento de técnicas agronômicas, buscam o desenvolvimento de novas variedades de uvas que dêem uma identidade ao vinho paulista e que permita a retomada da produção tradicional (CHIAPETTA, 2010, p.18).

Fazem parte do programa o Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin), a Agência Paulista de Tecnologias para o Agronegócio (APTA), as prefeituras dos municípios o Sindicato do vinho de Jundiaí e o Sindicato da Indústria do Vinho de São Roque (Sindusvinho). De acordo com Chiapetta e Pires (2009), as diretrizes principais do programa são:

- incentivar o plantio de uvas de mesa e viníferas;
- pesquisar e divulgar todos os potenciais da fruta uva, tais como: óleos essenciais, pigmentos, vinho, suco, compotas etc;
- desenvolver projetos de pesquisa e capacitação;
- desenvolver cursos de formação e capacitação;
- desenvolver projetos de controle de qualidade e certificação do produto paulista.
- desenvolver e gerir aps-vinho (arranjo produtivo setorial do vinho).

Sendo assim,

ações como esta constituem exemplos de políticas que contribuem para a formação de APLs, que tem um forte respaldo institucional e são fundamentais para a sua operacionalização. As experiências recentes revelam ativos e recursos locais que atuam como vetores específicos da diferenciação e da competitividade territorial construída. Elas mostram variedades de acumulação da cultura, memória e aprendizagem coletiva dos territórios locais, que se tornam bens cognitivos e principais atores do desenvolvimento (CHIAPETTA; PIRES, 2009, p.7).

Chiapetta (2010) relatou os acontecimentos ocorridos durante algumas das reuniões da Câmara Setorial e foram apontadas várias pautas a serem discutidas, como os altos impostos paulistas em relação à produção do vinho; a falta de comunicação entre viticultores e vinicultores, que desconhecem suas demandas; a cooperação entre os produtores, falta de conhecimento do mercado consumidor e de matéria prima (consequente atrelamento aos produtores do Rio Grande do Sul); falta de mão-de-obra especializada; informalidade e a necessidade de criação de uma identidade do vinho paulista, para que não se entre na concorrência com os vinhos do Sul.

Nesse contexto, busca-se combater o prejulgamento em relação aos vinhos do Estado de São Paulo, através de uma possível indicação geográfica do vinho paulista, já que, em alguns casos, as marcas de São Paulo apenas envasam vinhos provenientes do Rio Grande do Sul:

Pelas regras do MAPA [*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*], esse vinho é um produto diferenciado e dever ser tratado como tal. Não existe um impedimento para a indicação geográfica, o maior entrave existe no setor, os especialistas obedecem ao padrão internacional, consideram que só o vinho fino pode ter indicação geográfica. No caso do mercado brasileiro, o produto traz benefícios (benefícios sociais, emprego, renda, mercado, consumo e turismo) (CHIAPETTA, 2010, p.156).

Além destes aspectos, a questão do turismo como atividade complementar à produção vitivinícola no Estado foi destacada, já que agrega valor à produção, pela paisagem e elementos históricos, sendo que alguns membros da Câmara de Uva e Vinho participam das reuniões da Câmara de Lazer e Turismo rural.

É importante salientar que o turismo pode estar inserido em todas as fases do processo produtivo do vinho e de cultivo da uva. Em São Roque, a atividade turística é estruturada, recebendo, em fins de semana normais, cerca de 2 mil turistas. O turismo de passagem (ou turismo de um dia) é o foco no município, por se localizar próximo à capital paulista e ter paisagem e elementos históricos atrativos (Andrade, 1973).

Neste sentido de atuação em parcerias entre os atores envolvidos no território produtivo de São Roque, é importante salientar a participação do Sindicato da Indústria do Vinho da cidade (Sindusvinho), que atua de maneira efetiva em busca dos objetivos do impulso à atividade vitivinícola no município.

Através de entrevista realizada com a entidade, foram coletadas algumas informações, como de que o sindicato foi criado com a finalidade de defender a cadeia produtiva da uva e do vinho da região de São Roque, atuando na defesa dos interesses das indústrias locais desde o campo com o cultivo da uva, passando pela produção dos vinhos, até o âmbito comercial, englobando marketing, legislação e administração das mesmas. Cabe ressaltar que, atualmente, a direção do sindicato é formada por filhos e netos dos primeiros empreendedores da vitivinicultura do município.

Os associados do SINDUSVINHO têm como principais vantagens a assessoria jurídica. Esse serviço garante mais agilidade na resolução de processos e trâmites legais envolvendo o negócio vitivinícola. Neste sentido, o objetivo atual da atuação do sindicato é a revitalização da vitivinicultura tanto no município quanto no Estado de São Paulo. São membros do Sindusvinho:

- Vitivinícola Bella Aurora
- Vinhos Cangüera
- Vinhos Frank
- Vitivinícola Góes
- Vinhos Maravilha de São Roque - real D'uro
- Vitivinícola Palmares
- Vinhos Palmeiras
- Vinhos Quinta do Nino
- Vinhos Quinta do Olivardo
- Vinhos Sabbatini
- Vinhos Santa Cecília

- Vinhos Santa Terezinha e Quinta dos Guimarães
- Vinícola XV de Novembro
- Dialcool - Destilaria Stoliskoff
- HGR Beverages

É importante salientar que tais empresas são associadas ao sindicato por preencherem os requisitos de estar inseridas em alguma parte do sistema produtivo do setor, como o exemplo da Dialcool, que além de destilaria, atua na fabricação de vinho.

Além destas informações, cabe ressaltar que seu atual presidente, Cláudio Góes, além de membro da família da empresa do ramo com maior expressão na cidade, a “Vitivinícola Góes“, é presidente da Câmara Setorial da Uva e Vinho do estado de São Paulo e membro do conselho deliberativo do Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin) no Rio Grande do Sul, além de presidir o Projeto SP-Vinho.

Outras informações relevantes adquiridas através da entrevista, dizem respeito à organização e à atuação do sindicato, sendo que as empresas são propriedades particulares e realizam suas ações, parcerias em relação à produção, distribuição e comercialização dos produtos de maneira individual.

A atuação do Sindusvinho se limita a organização e participação em feiras do setor. Sendo que o objetivo é a inserção no mercado nacional e algumas vinícolas, como a Góes, já possuem representantes em vários Estados.

5.2 O âmbito turístico fomentado pela atividade vitivinícola

O Sindicato da Indústria do Vinho de São Roque é responsável por coordenar a tradicional “Festa do Vinho” do município, atual “Expo São Roque”, que hoje engloba outros produtos da região, como as alcachofras, além de explorar os nichos da gastronomia e tradição cultural, com apresentações de danças e músicas típicas italianas e portuguesas, em um grande evento anual.

A festa é uma ação muito importante do sindicato, pois dá visibilidade às vinícolas além de fomentar o enoturismo no município, beneficiando não só os associados como todos os setores envolvidos com o âmbito turístico do município, como hotéis, pousadas, restaurantes, pesqueiros, artesanato e produtos caseiros durante o ano todo.

Cabe ressaltar, ainda, que em 2011, a 19ª Expo São Roque recebeu o selo Momento Itália-Brasil, uma ação promovida pelo governo do Estado de São Paulo, reconhecendo e integrando a festa em sua programação.

Segundo dados da entrevista, ao longo da Expo São Roque, aberta nos finais de semana e feriados do mês de outubro, são em torno de setenta mil pessoas que visitam o

evento, tendo a oportunidade de conhecer o que o município tem a oferecer na área de turismo, retornando, ao longo do ano, para visitar esses outros pontos.

O turismo responde por cerca de 50% do PIB do município de São Roque, recebendo anualmente mais de 700 mil visitantes por ano. Com isso, parece clara a relação entre a atividade vitivinícola com o desenvolvimento econômico do município. Não apenas o setor da indústria vitivinícola se desenvolve, pois o cultivo de uva e a produção de vinhos alavancam a economia, principalmente seu âmbito turístico.

Neste contexto, pôde-se atentar para um ponto extremamente relevante para a aglomeração produtiva e seu desenvolvimento econômico, a atividade turística. Ao longo da pesquisa, pôde-se constatar que o município de São Roque está inserido em diversos roteiros turísticos, além de iniciar um processo de especialização de mão-de-obra voltada a este setor, observado pelo oferecimento do curso de Serviços de Restaurante e Bar, com disciplina Introdução à Enologia, da Escola Técnica Estadual de São Roque (Etec).

Uma das ações realizadas pelo Sindusvinho, já citada anteriormente, é o organização do evento Expo São Roque Alcachofras e Vinhos, antiga Festa do Vinho, que traz visibilidade as vinícolas além de fomentar o enoturismo no município, beneficiando não apenas os associados como todos os setores envolvidos no turismo da cidade: hotéis, pousadas, restaurantes, pesqueiros e artesanato, durante o ano todo.

5.2.1 Roteiros Turísticos do Município de São Roque

É importante ressaltar que o município de São Roque tornou-se Estância Turística na década de 1990 e, por este motivo, possui parte do orçamento voltado a tal segmento. Além da Expo São Roque, há outros locais que recebem investimento em busca do incremento das atividades turísticas. Os passeios voltados à gastronomia e visitação de locais históricos são o foco da atividade no município. Cabe salientar que em todos os roteiros, a visitação de algum elemento voltado à produção da uva ou de vinho está inserida. Os roteiros são os seguintes:

<p>Roteiro da Raposo</p> 	<p>Compreende o trecho da Rodovia Raposo Tavares, do quilômetro 46 ao 60, no município de São Roque, sendo composto pela visita às vinícolas, restaurantes, centros hípicas, pesqueiros, sítios, chácaras e pousadas que possuem lojas de artesanato e produtos típicos (como a alcachofra), além da apreciação da paisagem.</p>
<p>Roteiro do Vinho, Gastronomia e Lazer</p>	<p>Este roteiro turístico também é voltado à visita de vinícolas, restaurantes e lojas com artigos típicos, além das plantações de</p>

	<p>uvas e alcachofras, adegas, ranchos e pesqueiros. Possui basicamente o mesmo objetivo do Roteiro da Raposo, já que grande maioria das vitivinícolas e alguns restaurantes localizam-se em trechos da Rodovia Raposo Tavares (Estrada do Vinho).</p>
<p>Circuito Taypa de Pilão</p> 	<p>Tratam-se de visitas guiadas em regiões que possuam bens históricos nacionais que fazem parte do bandeirantismo paulista, tombados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). O circuito compreende as cidades de Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Santana de Parnaíba e São Roque, onde estão presentes elementos da arquitetura de taipa de pilão, característica da época dos bandeirantes.</p> <p>As visitas contemplam não apenas elementos da arquitetura, mas também locais com valor histórico, artístico e simbólico, como igrejas e chácaras que remetem a elementos do bandeirantismo. Dentro do circuito, das seis rotas, duas passam pelo município de São Roque.</p> <p>O roteiro Taypa de Pilão I, contemplando, além de São Roque, a cidade de Santana de Parnaíba e o roteiro Taypa de Pilão II, passando por São Roque, Cotia e Carapicuíba. Em ambas as rotas, a visita a São Roque contempla a Igreja Matriz, pelo conjunto de vitrais, Sítio e Capela de Santo Antônio, construídas em 1681; Igreja de São Benedito, construída por escravos em 1855, passando pela Estrada do Vinho e pelo Centro Cultural Brasital, uma das mais antigas indústrias têxteis do Estado de São Paulo.</p>

Figura 12: Quadro dos roteiros turísticos do município de São Roque.
Elaboração: Carvalho, J.M.R.M. de.

5.3 As características atuais das empresas do setor vitivinícola São-roquense

Foram visitados 15 estabelecimentos ligados à produção de vinho no município, sendo que 14 fazem parte do sindicato das indústrias do vinho de São Roque (Sindusvinho).

São eles:

- Vinhos Cangüera
- Vinhos Frank
- Vitivinícola Góes

- Vinhos e al D' uro - Maravilha de São Roque
- Vitivinícola Palmares
- Vinhos Palmeiras
- Vinhos Quinta do Nino
- Vinhos Quinta do Olivardo
- Vinhos Sabbatini
- Vinhos Sorocamirim (não faz parte do Sindusvinho)
- Vinhos Santa Cecília
- Vinhos Santa Terezinha e Quinta dos Guimarães
- Vinícola XV de Novembro
- Dialcool - Destilaria Stoliskoff
- HGR Beverages

Durante este trabalho de campo, buscou-se o maior número de informações possíveis, tanto em relação a dados específicos de cada empresa (histórico, produção e características atuais), como no que diz respeito à implantação das políticas públicas e ações conjuntas do setor vitivinícola paulista. Algumas informações foram complementadas através dos sites das empresas (mesmo assim, cada empresa respondeu o que achava conveniente, portanto, os tipos de informações obtidas em cada local visitado são diferentes).

Com isso, as visitas às empresas tiveram como objetivo traçar um perfil de cada uma delas e relacionar sua atual conjuntura com as características do passado da vitivinicultura em São Roque. Além disso, buscou-se perceber se as empresas sentem-se representadas nas discussões atuais com os órgãos públicos.

Em seguida, foi relatado um conjunto de informações individuais de cada empresa visitada, para que pudessem ser feitas as considerações finais do trabalho. É importante atentar para as fotografias, em que podem ser observados os tipos de instalação de algumas delas, que revelam, não apenas a estrutura voltada ao turismo, mas a grande discrepância entre o porte das empresas do ramo vitivinícola de São Roque.

Vinícola Palmares

Esta empresa é tradicional e de origem portuguesa; foi fundada em 1946 e localiza-se na Estrada do Vinho. Noventa e cinco por cento de sua produção é de vinhos de mesa comuns (brancos, tintos e licorosos) com uvas produzidas no próprio município. Em 2005, desenvolveu uma linha de vinhos finos, a Bella Quinta, cuja produção é realizada em São Roque, mas as uvas são trazidas de Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul.

Atualmente, a empresa possui três proprietários e 46 funcionários na produção que, em 2011, passaram a ser terceirizados. Mantém sua própria loja, aberta para visitação e degusta o de seus produtos, além de licores e doces fabricados artesanalmente na região. A empresa tem dois enólogos, um para vinhos de mesa e outro para vinhos finos e a produ o anual   de cerca de um milhão de litros.

Segundo um dos proprietários, a vinícola busca a melhoria de sua produ o com o uso de equipamentos adequados e que agreguem valor aos produtos, como a substitui o de tanques de cimento por tanques de inox com regulagem de temperatura.

Também há busca pela expansão de seu mercado, que   regional (Osasco, Itapevi), Assis e Estado do Rio de Janeiro, porém o alto custo de impostos no Estado de São Paulo   um grande empecilho. Cabe ressaltar que o mercado da empresa não entra na cidade de São Paulo pela concorrência dos vinhos do sul do país.



Figura 13: Instala es da Vinícola Palmeiras
Fonte: Carvalho, J.M.R.M. de.

  evidente a liga o das instala es da vinícola com o turismo e, segundo o proprietário, há grande movimento nos finais de semana, de pessoas vindas, principalmente, das cidades de São Paulo e Campinas. Também se cogita a possibilidade da constru o de um restaurante no local, para suprir as perdas do comércio do vinho, que   uma realidade. Neste ponto, o proprietário não se sente representado nas reuniões da Câmara Setorial.

Vinhos Palmeiras

A vitivinícola Palmeiras também   uma empresa tradicional, que iniciou suas atividades por uma família de lavradores são-roquenses de origem portuguesa, em 1928. Sua produ o era pequena e artesanal até a década de 1930, quando passou a ter uma razão social. Hoje, a empresa   administrada pela terceira gera o da família que iniciou a produ o.

São quatro proprietários (um deles é o enólogo responsável) e 50 funcionários próprios. Grande parte da produção é composta por vinhos comuns, sendo produzidos por uvas cultivadas em São Roque. Possui uma linha de vinhos finos, cuja produção e envasamento ocorrem em Flores da Cunha (RS), apenas a rotulagem acontece em São Roque; todo este processo é terceirizado.

O Estado de São Paulo é o mercado da empresa, que busca constantes inovações no cultivo da uva e na produção do vinho. Com isso, sua produção abrange, além dos vinhos, sucos de uva e groselha. Nas instalações da empresa, além da adega, há uma chocolataria e café e um restaurante, que fazem parte das atrações para manter o turista o maior tempo possível nas instalações da empresa.

Segundo a funcionária entrevistada, as reuniões da Câmara Setorial são importantes por serem um espaço de discussão entre as empresas e o governo, mas ainda não se vê nenhum indicativo de ação concreta para modificações no setor, em São Roque.



Figura 14: Instalações da Vinhos Palmeiras.
Fonte: Site Roteiro do Vinho, gastronomia e lazer.

Vinhos XV de Novembro

Esta empresa é a mais tradicional da cidade de São Roque e teve início no fim do século XIX, quando fabricava vinho artesanalmente e chamava-se “Vinhos Guarani”. A família fundadora era descendente de portugueses e vivia pela agricultura de subsistência, até iniciar a vitivinicultura.

A empresa passou a se chamar XV de Novembro em 1958, quando mudou suas instalações para outro bairro de São Roque, na área onde hoje é a Estrada do Vinho. Atualmente, a vitivinícola é dirigida pela terceira e quarta gerações da família (o enólogo responsável é bisneto do fundador da vitivinícola).

São 14 hectares plantados com uvas americanas (metade de sua produção). A outra parte das uvas é proveniente de Flores da Cunha e Caxias do Sul (RS) e segue para o processamento em São Roque. A maioria das uvas que chegam da região sul também é de

cultivares americanas e uma pequena parte é de uvas européias, que são matéria prima da linha de vinhos finos, a “Quinta Moraes” (Moraes é o sobrenome da família , lançada em comemoração aos 50 anos da empresa.

São 10 funcionários diretos trabalhando no cultivo das uvas e na fabricação do vinho, sendo que o transporte e distribuição são terceirizados. A marca atende a região de Sorocaba, mas, segundo o enólogo, o volume das vendas na adega também é grande, de pessoas que vem buscar grandes quantidades de vinho ou suco.



Figura 15: Instalações da Vinhos XV de Novembro.
Fonte: Carvalho, J.M.R.M. de.

Em finais de semana normais, são mais de 100 visitantes por dia. Talvez por este motivo os administradores não pensam em abrir restaurante ou outras instalações. O que transparece que a marca é bastante consolidada, não havendo necessidade de outros atrativos para chamar o público; o que ocorre é investimento nas técnicas de fabricação equipamentos, como na substituição de tanques de madeira por de aço inox.

Para o enólogo, a Câmara Setorial não trouxe nenhuma mudança e nem perspectiva de melhoria, pensa que não haverá resultados na prática da atividade, pelo menos para a Vinhos XV de Novembro.

Vinhos Frank

Esta empresa foi fundada em 1986. A produção do vinho sempre foi pequena, mas era própria até os anos 1990; quando passou a ser comprada de outras vinícolas. Atualmente, os vinhos de mesa que levam o nome da marca são fabricados pela Vinícola XV de Novembro e comercializados apenas no restaurante instalado na mesma área.

Segundo o proprietário, o restaurante foi aberto para complementar a degustação do vinho e hoje tornou-se a principal atividade, porque houve queda na comercialização da sua

marca. Na adega são comercializados outros produtos, como salames, compotas, geléias e licores, todos produzidos na região.



Figura 16: Instalações da Vinhos Frank.
Fonte: Site Roteiro do Vinho, gastronomia e lazer.

Dialcool – Destilaria Stoliskoff

É uma destilaria fundada em 1997, em que o vinho representa 5% da produção, e é trazido de Bento Gonçalves, Flores da Cunha e Farroupilha (RS) e reprocessado em São Roque. O mercado abrange o Estado de São Paulo (exceto a capital), Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Segundo um dos funcionários, a atuação da Câmara Setorial é indiferente, pois, mesmo fazendo parte dela e do Sindusvinho, os outros produtos (vodca e saquê) têm muito mais importância econômica para a destilaria. As instalações da empresa se encontram na Estrada do Vinho e são voltadas para degustação e vendas dos principais produtos. O vinho é claramente um produto secundário.



Figura 17: Instalações da Destilaria Stoliskoff.
Fonte: Site Roteiro do Vinho, gastronomia e lazer.

Vinhos Real d'Ouro

Esta vinícola foi fundada em 1919, por imigrantes portugueses e iniciou suas atividades com uma pequena produção artesanal. Atualmente, além da fabricação de vinhos, a empresa atua na produção de licores, vodca e aguardente e tem uma segunda linha de vinhos, de menor qualidade, a “Maravilha de São Roque”. Também fabricam o vinho da empresa “Vinhos Quinta do Nino” (que, apesar de ser associada ao Sindusvinho, apenas envasa e rotula seus produtos)

Há investimento da empresa em relação às suas instalações, que são a fábrica em si e um espaço para visitação, chamado de Museu do Vinho, que conta com uma loja de artesanato, área para degusta o e venda da primeira linha de vinhos e licores, bem como a exposi o de alguns maquinários utilizados nos modos tradicionais de fabrica o de vinho.

O Museu do Vinho existe há 25 anos e muitas pessoas pensam que   uma instala o do município e não de uma vinícola particular. Segundo as informaçoes do funcionário entrevistado, em finais de semana agitados, passam pelo local mais de 500 pessoas, em geral vindas com excurs oes que visitam todo o Roteiro do Vinho.



Figura 18: Instala oes do “Museu do Vinho”.
Fonte: Site Roteiro do Vinho, gastronomia e lazer.

Segundo o funcionário entrevistado, as reuni oes da Câmara Setorial servem para discussão, mas não se sabe o que vai ocorrer efetivamente e se o discurso das entidades será posto em prática.

Vinhos Sabbatini

Vinícola fundada em 1923, de descendentes de italianos. A partir da década de 1980, o vinho (toda a linha   de vinhos comuns) não   fabricado pela empresa e já vem pronto de Flores da Cunha (RS) e, esporadicamente, de Jundiá (SP).

São oito funcionários, que trabalham no envasamento e rotulagem. A empresa tem, hoje, pouca estrutura e não apresenta adega ou área para degustação, é apenas um galpão. Segundo a filha do proprietário, que foi entrevistada, o mercado atual está em queda e é formado pelo Rio de Janeiro e interior paulista, principalmente as cidades de Itu, Salto e Cerquilha.

Para a entrevistada, mesmo demonstrando interesse, não há representação das empresas menores na Câmara Setorial, nem um prognóstico de melhoria para as empresas de menor porte, porque não são essenciais para o enoturismo da cidade.

Vinhos Sorocamirim

Foi fundada em 1951 por uma família descendente de portugueses. Sempre foi uma empresa familiar; hoje, são seis membros que administram todos os processos de vitivinificação.

Os vinhos fabricados são comuns, havendo pouquíssima produção de vinho fino. Na propriedade, são cinco mil pés de uvas. Quando há necessidade, compram uvas de São Miguel Arcanjo e da cidade de São Paulo. Não há enólogo, apenas um técnico químico que assina a produção, mas não faz visitas durante o processo. A própria família é quem cuida da produção.

As instalações são bastante simples, mas um dos membros da família que foi entrevistado assegurou que há um grande número de pessoas visitando a vitivinícola aos fins de semana e em dias úteis, há muita venda de garrafões.



Figura 19: Instalações da Vinhos Sorocamirim.
Fonte: Carvalho, J.M.R.M. de.

Esta foi a única empresa visitada que não é associada ao Sindusvinho, pois, segundo o entrevistado, o sindicato só valoriza as vinícolas que dão retorno financeiro e são

atreladas ao turismo³. Também foi citada a displicência do SEBRAE, mesmo com o interesse da empresa em buscar melhorias para sua produção.

Em relação à Câmara Setorial, a família disse que não há abertura para a empresa, que não tem mais interesse em participar das reuniões. Ainda foi dito que é explícita a atuação dos órgãos públicos em benefício das grandes empresas, principalmente a Góes.

Vinhos Quinta dos Guimarães - Santa Terezinha

É uma empresa fundada em 1936, por um casal de imigrantes portugueses. Ainda hoje, é uma empresa familiar, que não mais atua na viticultura. A administração é feita pela terceira geração: são dois sócios, sendo um deles o enólogo responsável pela produção.

O vinho é adquirido do Rio Grande do Sul, a maioria é apenas envasada e rotulada em São Roque, outra parte é reprocessada e adoçada, para a obtenção do vinho licoroso. Com isso, há apenas três funcionários, que aos fins de semana atendem o público na adega da marca e nos dias de semana, em um galpão próximo.

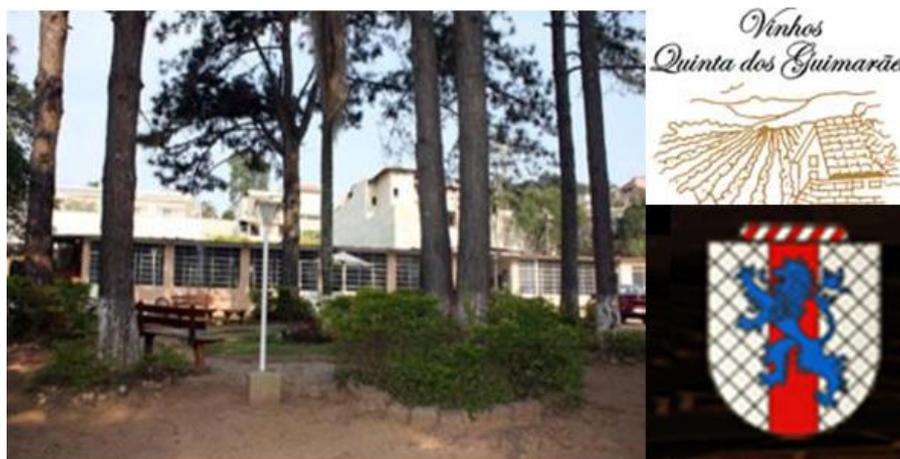


Figura 20: Instalações da Vinhos Quinta dos Guimarães - Santa Terezinha.
Fonte: Site Roteiro do Vinho, gastronomia e lazer.

Os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro são os mercados atendidos pela empresa, mas as vendas na própria adega são bastante consideráveis, principalmente nos finais de semana.

Segundo o funcionário entrevistado, as impressões que as reuniões da Câmara Setorial passam são de que o foco das articulações está ligado exclusivamente ao turismo e as empresas que não possuem esse propósito não são ouvidas.

³ Para fazer parte do Sindusvinho é necessário atender aos requisitos de comercialização de vinho no município e uma contribuição mensal. Segundo o Sindicato, a empresa Sorocamirim sempre mostrou-se desinteressada em receber auxílio, por este motivo não é inserida nas ações para o desenvolvimento do setor.

Vinhos Canguera

A vitivinícola foi fundada em 1952, por um descendente de portugueses, João Antônio Camargo, um dos maiores colaboradores da antiga Festa do Vinho da cidade. Hoje, a administração da empresa é realizada pela terceira geração da família, assim como a responsabilidade pela enologia.

São cinco funcionários responsáveis pelo cultivo de uvas brancas, para fabricação de vinhos comuns. Já a produção de vinhos finos e de suco concentrado se dá em Flores da Cunha (RS). Há constantes inovações, tanto em relação aos equipamentos utilizados como no desenvolvimento de novos produtos, como a recém-criada linha de vinhos finos e de sucos de uva branca.

As instalações da vitivinícola contam com área para degustação e restaurante (aberto apenas nos fins de semana). Segundo a funcionária entrevistada, o movimento nos fins de semana regulares é bastante grande, chegando a 300 pessoas. Em épocas de férias e final de ano, a adega e o restaurante chegam a atender mais de dez excursões por dia.

Com isso, o principal canal de vendas ocorre nas próprias instalações da empresa, só havendo um distribuidor da marca, na zona norte de São Paulo.



Figura 21: Instalações da Vinhos Canguera.
Fonte: Site Roteiro do Vinho, gastronomia e lazer.

Em relação à Câmara Setorial, as informações obtidas através da entrevista são positivas, sendo que a empresa participa assiduamente dos contatos entre o Sindusvinho e os órgãos públicos e entende os diálogos realizados por estes agentes como essenciais no desenvolvimento turístico do município.

Bebidas Santa Cecília

É uma empresa com atuação bastante peculiar. Foi fundada há mais de 15 anos por um engenheiro agrônomo, naturalizado brasileiro, após sua aposentadoria. Este senhor trabalhava em uma empresa de alimentos, mas possui especialização em enologia, resolvendo seguir este ramo por gosto pessoal.

A marca Santa Cecília é a única empresa no Brasil a produzir vinhos de acordo com os preceitos e todas as normas de fabricação exigidas pela comunidade judaica, denominados vinhos *kasher*. A vinícola Valduga, no Rio Grande do Sul, também produz vinhos para judeus, mas não segue rigorosamente as etapas necessárias, não possuindo certificação completa da comunidade judaica (SATO, 2010).

A empresa, até os anos 2000, cultivava as uvas para o processamento, que agora vêm de Bento Gonçalves (RS). São três funcionários próprios, além de funcionários cedidos pela comunidade judaica, que fazem os processos de moagem, fermentação e pasteurização. Fora isso, há supervisão de, no mínimo, dois rabinos ao longo de todo o processo, até o engarrafamento.

As únicas diferenças entre a fabricação dos vinhos *kasher* e dos comuns são a supervisão rabínica e a necessidade de fervura (pasteurização):

O vinho e o suco de uva, mais do que qualquer outra bebida, representam a santidade do povo judeu. São usados para a santificação do *Shabat* (o sábado) e festas judaicas. [...] um vinho que após seu preparo tenha sido fervido, não apresenta mais problemas de *cashrut* (encontro da matéria com o espiritual) (SATO, 2010, p.1).

De acordo com informações do funcionário entrevistado, o mercado da empresa atua em todo o país, “onde estão os judeus”. Segundo Sato (2010) são em torno de 200 mil pessoas que consomem vinhos na comunidade judaica brasileira, principalmente nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belém e Salvador.

É interessante ressaltar que, para o mercado dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o proprietário da empresa também possui uma distribuidora, que leva o vinho até uma sinagoga no bairro do Bom Retiro, em São Paulo, de onde são distribuídos e comercializados entre a própria comunidade judaica.

O transporte para outros Estados é terceirizado, porém também deve ser especializado, já que os vinhos não devem estar em contato com produtos fermentados, principalmente no período da páscoa (SATO, 2010).

O mercado de vinhos *kasher* é diferenciado e o produtor tem a garantia da distribuição e venda dos vinhos, pois a produção caracteriza-se como uma parceria entre a vinícola e o empresário, que representa a comunidade judaica. É um mercado peculiar no qual a lógica está a serviço de uma cultura e de uma simbologia coletiva que procura preservar seus rituais e suas leis religiosas (SATO, 2010, p.7).

O proprietário ainda tem intenção de alcançar padrões mais rígidos e criteriosos para tentar se inserir no mercado europeu e norte-americano, já havendo exportações esporádicas para países da América do Sul. Para isso, o proprietário mantém contato com a

Universidade de Turim, na Itália, em busca de atualização de técnicas e informações do mercado europeu.



Figura 22: Vinhas Santa Cecília.
Fonte: Sato, 2010.

Além dos vinhos *kasher*, a empresa produz vinhos comuns, mas, segundo o funcionário entrevistado, são produzidos da mesma forma, perfazendo mais de 60 mil litros ao ano. Licores também são produzidos pela empresa e são comercializados em “*coffee-shops* e lojas *duty-free* nos aeroportos internacionais [...] e, também, exportados para os estados Unidos, Alemanha, Austrália e Inglaterra” (Sato, 2010, p.6).

Quanto às ações do setor público e da Câmara Setorial, o funcionário entrevistado disse que há um grande interesse por parte da esfera pública em relação à empresa, mesmo não fazendo parte do mercado do enoturismo, mas pela importância da especialização e do mercado ao qual ela atende.

Vinhos Quinta do Olivardo

Esta vitivinícola foi fundada, em 2007, por Olivardo Saqui, um enólogo descendente de italianos, que comprou uma propriedade na Estrada do Vinho. Os vinhos são produzidos artesanalmente, sendo que as uvas para vinho comum são produzidas com a supervisão do proprietário – cerca de 70% da produção, e as uvas finas (pequena quantidade) são trazidas de Flores da Cunha (RS). No local, há um hectare plantado, que dobrará de tamanho em 2013.

Na propriedade, existe a plantação das vinhas, uma adega e um restaurante que, segundo o proprietário, surgiu de uma demanda para complementar a degustação dos vinhos. Com isso, a temática do restaurante é a culinária portuguesa, já que sua esposa é oriunda deste país.

Levando em conta o funcionamento da adega, da visitação das vinhas e do restaurante, são 10 os funcionários fixos e aos fins de semana, mais 37 terceirizados.



Figura 23: Instalações da Vinhos Quinta do Olivardo.
Fonte: Site Roteiro do Vinho, gastronomia e lazer.

A produção tem o intuito de permanecer artesanal, sendo que é feita com o menor número de equipamentos possível e em pouca quantidade. São 20 mil litros produzidos por ano, comercializados apenas na própria adega, no site “vinhos de São Roque”, que comercializa os vinhos da região e nas edições do evento “Festival do Vinho de São Roque”, onde 30% da produção anual da vitivinícola é vendida e a marca é divulgada.

No que tange à atuação da Câmara Setorial, o proprietário afirmou que participa das reuniões que ocorrem em São Roque e sente que possui voz ativa nas discussões. Para ele, a maior necessidade dos produtores da cidade, que deve ser buscada nos debates da Câmara Setorial, diz respeito à criação de um vinho que dê identidade e características que diferenciem a atividade vitivinícola de São Roque no Estado de São Paulo.

Ainda segundo o proprietário, antes do início das articulações da Câmara Setorial, sua empresa e a Vitivinícola Góes já buscavam a introdução de outras variedades de uva no processo de vinificação, para que se crie a identidade do vinho de São Roque.

Vitivinícola Góes e HGR Beverages

Esta é, explicitamente, a empresa de maior porte do setor vitivinícola em São Roque. A Góes produz as linhas de vinho e outros derivados de uva e a HGR Beverages fabrica apenas chope de vinho. Ambas fazem parte do Grupo Góes e utilizam as mesmas instalações, alterada apenas a razão social das marcas.

Foi fundada em 1938, por descendentes de portugueses, que viviam nas proximidades de São Roque e já praticavam a vitivinicultura para consumo familiar. Começaram a fabricação em maior escala na década de 1930, com o apoio das ações do governo estadual, como a implantação da Estação de Vitivinicultura Paulista e cursos de enologia, em São Roque.



Figura 24: Instalações da Vitivinícola Góes.
Fonte: Site Roteiro do Vinho, gastronomia e lazer.

Levando em conta toda a estrutura, desde o cultivo da uva até a fabricação e a distribuição dos produtos, o grupo Góes possui três unidades. Duas delas em São Roque:

uma propriedade de viticultura, com um campo experimental de cultivo de variedades européias e fabricação de vinho e as instalações de visitação, com um restaurante, ampla adega (400 m²), loja de *souvenirs* e um campo de cultivo para fins turísticos.

A terceira unidade se localiza em Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul, e é uma parceria com a Vitivinícola Venturini, onde é fabricado o vinho fino da marca, além de espumantes e sucos. São quarenta funcionários trabalhando nesta unidade, onde são fabricados 30% dos vinhos da empresa. Cabe salientar que 20% do transporte do Rio Grande do Sul até São Paulo é realizado com frota própria.



Figura 25: Instalações da Vitivinícola Góes & Venturini, em Flores da Cunha, RS.
Fonte: Site Vitivinícola Góes.

Nas duas unidades de São Roque, são 80 funcionários. A Vitivinícola Góes possui três enólogos responsáveis: um em Flores da Cunha, um nas instalações de visitação e outro ligado diretamente à viticultura; em São Roque, são 30 hectares plantados, sendo 10 de uvas européias, cuja produção ganhou uma linha específica, denominada “Góes Tempos”.

Segundo o funcionário entrevistado (um dos *sommeliers*) a empresa já possui um mercado nacional e exporta pouca quantidade para países como China, Japão, Rússia e Estados Unidos. Ainda assim, o foco é o crescimento e a consolidação da empresa no setor do enoturismo; para isso, os funcionários possuem vários tipos de treinamento para atendimento ao turista, especialmente, ao “turista de um dia”, que quer aproveitar a maior parte dos serviços disponíveis.

Sendo assim, todos os setores da empresa estão em constante aprimoramento, tanto para atender o mercado consumidor quanto para o visitante. Um dos exemplos de atividade turística é a vindima, em que o visitante participa da colheita das uvas e ocorre em janeiro. Além disso, a empresa desenvolve outros roteiros enoturísticos, como o Festival de Inverno, atendendo as férias de julho e o mês de agosto.

Fora estas instalações, o Grupo Góes possui uma loja no centro de São Roque, com artigos finos, padaria, doceria e adega, além de ter aberto uma distribuidora de bebidas, que trabalha não apenas com os produtos da empresa e atende 12 cidades da região. Segundo o *site* da empresa, o grupo investe nos cultivos de alcachofra, soja, milho, feijão e aveia, no Estado de São Paulo.

No que diz respeito à atuação da Câmara Setorial, o entrevistado afirmou que, tanto o governo estadual, quanto o SEBRAE e as empresas que fazem parte do Sindusvinho buscam o desenvolvimento produtivo e o crescimento do setor, atrelado à atividade turística. E que as reuniões são sempre muito produtivas e consideram as falas de todos os presentes. Cabe ressaltar, que um dos proprietários da empresa é presidente do Sindusvinho e da Câmara Setorial.

Considerações finais

De acordo com os objetivos propostos neste trabalho, pode-se fazer algumas considerações em relação ao desenvolvimento da atividade vitivinícola e à atuação do setor público no município de São Roque. Foi possível constatar que os órgãos públicos tiveram participação essencial na consolidação da atividade, principalmente nas décadas de 1940 e 1950.

Neste período, as instituições estavam comprometidas com o melhoramento da produção da uva, em busca de alternativas que diversificassem o mercado interno. Sendo assim, as estratégias estavam voltadas ao desenvolvimento e consolidação da atividade, que era complementar à economia da época.

Nas décadas seguintes, pôde-se observar que a produção vitivinícola decresce, do ponto de vista quantitativo, sofrendo as conseqüências de um período de intensa urbanização e mudança nos sistemas produtivos. Neste momento, o cultivo de uva e a fabricação de vinho deixam de ser atividades vantajosas para parte das empresas do município de São Roque.

É neste contexto de necessidade de reestruturação, que alguns estabelecimentos do setor e a esfera pública partem para uma mobilização conjunta em busca da manutenção e de crescimento da atividade. Já nas décadas de 1990 e 2000, esta união de interesses começa a se concretizar, a partir da noção de governança e dos arranjos de produção.

Com isso, fica claro que a governança atua na composição das estratégias de desenvolvimento local através de agentes que se mobilizam, de preferência em ambiente de cooperação, em busca da regulação do território, considerando suas características, capacidades e potencialidades produtivas e relacionando-as aos processos e atores exógenos. No setor vitivinícola de São Roque, é clara a característica mista (público-privada) do conceito de governança.

Esta mobilização dos setores privado e público se caracteriza pela busca de desenvolvimento das atividades econômicas, inserindo os agentes locais nesta dinâmica. No caso de São Roque, pode-se dizer que ocorre relativa mobilização e ação conjunta entre os interesses públicos e privados.

No que diz respeito ao arranjo territorial produtivo, pode-se dizer que, apesar da organização e diálogo entre as empresas e seus representantes (sindicato, FIESP) e da importância da atividade para a economia do município e, de certa forma para o Estado, a aglomeração formada em São Roque ainda não pode ser considerada como um Arranjo Produtivo Local, por necessitar de maior integração entre os agentes.

Mesmo assim, o aglomerado produtivo do vinho no município de São Roque caminha para o desenvolvimento e crescimento de suas atividades, atrelando-as, ainda mais, aos outros setores econômicos da cidade, em especial, o turismo.

De modo geral, para este estudo, o setor vitivinícola em São Roque se constitui como uma aglomeração com potencial para se tornar Arranjo Produtivo Local, voltado, muito mais para a exploração do turismo de passagem do que para a produção de uva e vinho em si. É neste sentido que, atualmente, a vitivinicultura tem contribuído para a economia do município.

É importante destacar que o debate sobre os arranjos produtivos e o uso dessa ferramenta como estratégia para organização de políticas públicas de desenvolvimento é um fator importante e evidente na configuração da realidade socioeconômica no Brasil.

Também é evidente a identificação do setor ao território do município, porém não parece existir identidade coletiva entre as empresas e os produtores relacionados à atividade. Este fator parece ser um dos entraves enfrentados pelo segmento, não apenas no município de São Roque, mas em todo o Estado de São Paulo.

Durante a construção das bases teóricas da pesquisa, percebeu-se a importância da atuação do setor público, desde o início da atividade no município. No começo do século XX, a ação do poder público relacionava-se ao desenvolvimento qualitativo da atividade, enquanto setor industrial (melhoria das técnicas de cultivo, de fabricação do vinho etc).

Atualmente, mesmo com o envolvimento de diversos nichos de pesquisa, as políticas são claramente mais voltadas ao atrelamento da vitivinicultura ao turismo e à formação de uma identidade à produção vitivinícola no Estado. Com isso, boa parte das empresas investe em instalações voltadas ao atendimento deste público.

Já durante as pesquisas de campo, pôde-se constatar que existe a necessidade e a pretensão do desenvolvimento do setor e, mesmo com o interesse das empresas, observa-se certo grau de informalidade, além da terceirização do cultivo da uva e da mão de obra; e aumento do preço da terra, pela especulação imobiliária e proximidade com a capital paulista.

Outro aspecto percebido através do trabalho de campo é que as empresas estão em diferentes estágios de organização e nem todos os seus interesses são os mesmos; percebe-se uma baixa articulação entre as empresas, sendo que, as de maior porte são mais atreladas aos agentes públicos e estão inteiradas ao seu planejamento e às suas ações.

Fica claro que a participação das empresas maiores e das que tem potencial de trazer investimentos e interesse para o setor na região, são as mais ouvidas pelos órgãos públicos. Como exemplo das reivindicações propostas durante as reuniões da Câmara

Setorial, como a diminuição do ICMS sobre o vinho. Isto constata a maior participação do ramo dos vinhos industriais, em detrimento da produção artesanal e do cultivo de uva.

Uma característica extremamente relevante observada, diz respeito à importância da especialização de algumas empresas do município, como a Vinhos Santa Cecília, voltada à produção dos vinhos *kasher* e licores para exportação e a empresa de maior porte do setor no município, a Vitivinícola Góes, que investe fortemente na infraestrutura de turismo.

De modo geral, o que pode ser percebido, ao se analisar a produção vitivinícola de São Roque, desde o início de século XX até os dias de hoje, é que algumas das antigas empresas produtoras de uva e vinho só continuaram suas atividades por se adequarem às condições econômicas pelas quais passaram.

Atualmente, grande parte das vitivinícolas passam por um processo de terceirização do cultivo das uvas e da mão de obra, além voltarem-se à atividade turística, ou focarem sua produção em algum tipo de especialização ou de um segmento de mercado, como estratégia de manutenção de suas atividades.

Algumas das empresas que deixaram de produzir suas uvas e não tem grande infraestrutura para o turismo, investem na gastronomia, que se tornou atividade tão ou mais importante do que a venda de vinhos. É notório que tais empresas estão sendo preteridas pelos agentes públicos, são menos valorizadas e possuem menor espaço de diálogo, em relação a outras empresas e ao Sindusvinho.

No que tange à ação de setor público, a revitalização da produção vitivinícola só poderá ser analisada efetivamente em longo prazo mas, o que se pode observar, é a articulação das empresas mais importantes e a ação conjunta de vários setores do poder público para a promoção do enoturismo de passagem.

Referências Bibliográficas

ABRAMOWAY, R. O capital social dos territórios: Repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, abril/jun. de 2000.

ALVIM, Z.M.F. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, B. (org.) **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Edusp, 1999. p. 383-417.

ANDRADE, M. C. **Geografia Econômica**. 1ª. Edição. São Paulo: Atlas, 1973.

BECATTINI, G. O distrito marshalliano: uma noção socioeconômica. In: BENKO, G; LIPIETZ, A. (Orgs.) **As regiões ganhadoras - distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Tradução por Antonio Gonçalves. Oeiras: Celta, 1994.

BELTRÃO SPOSITO, M. E. Reestruturação da cidade. In: Melo, Jayro Gonçalves. **Região, Cidade e Poder**. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 1996.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização**. São Paulo: Hucitec, 2002.

BOMTEMPO, D.C. **Dinâmica Territorial, Atividade Industrial e cidade média: as interações espaciais e os circuitos espaciais da produção das indústrias alimentícias de consumo final instaladas na cidade de Marília – SP**. 2011. 455f. Tese (Doutorado em Geografia) - a culdade de Ciências e Tecnologia, Universidade stadual aulista “Júlio de Mesquita i lho”, residente rudente.

BOURDIN, A. **A Questão Local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Unicamp, 2009.

BRAGA, R. Globalização e transformações territoriais no Brasil: comentários sobre a ação do Estado e a distribuição da renda na década de 1990. **Geografia**, Ageteo – Rio Claro, v. 28, n. 3, p.345-362, set-dez/2003.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4. ed. Campinas: Unicamp. IE, 1998.

CHIAPETTA, R.V; PIRES, E.L.S. **Possibilidades do setor vitivinícola do Estado de São Paulo para o desenvolvimento territorial:** políticas e instituições. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area05/5777_Chiapetta_Roger_Vitor.pdf> Acesso em: Out/2011.

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Disponível em:<<http://www.codeagro.sp.gov.br/>> Acesso em Out/2011.

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). **Atlas da Competitividade da Indústria.** Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/atlas>> Acesso em Set/2011.

FIRKOWSKI, O.L.C; SPOSITO, E.S. (Orgs.) **Indústria, ordenamento do território e transportes:** a contribuição de André Fischer. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FUINI, L.L. **Manifestações da governança territorial no Brasil:** uma análise do “Circuito das águas paulista” e do “Circuito das malhas do sul de Minas Gerais”. 2010. 191f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Ilhópolis, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.fuini.com.br/>> Acesso em: Set/2011.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). **Informações dos Municípios Paulistas.** Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>> Acesso em: Set/2011.

_____. **Perfil Municipal.** Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>> Acesso em: Set/2011.

GUERRA, C.C; et al. Conhecendo o essencial sobre uvas e vinhos. **Documentos.** N. 48. Bento Gonçalves, RS: 2009.

KATUTA, A.M; SILVA W.R. da (Orgs.) **O Brasil frente aos arranjos espaciais do século XXI.** Londrina: Humanidades, 2007.

LASTRES, H.M.M, CASSIOLATO, J.E. Novas Políticas na Era do Conhecimento: O Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais. In **Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST).** Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2004. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br>> Acesso em: out/2011.

LIMA, J.P.R. Cachaça Artesanal e Vinhos Finos no Nordeste: Desafios, Potencialidades e Indicações de Políticas. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, nº 4, jul-set. 2006 p. 609-628. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/.../ren2006_v37_n4_a9.pdf> Acesso em: mar/2012.

MANZAGOL, C. **Lógica do espaço industrial**. Tradução por Silvia Selingardi Sampaio. São Paulo: Difel, 1985.

MELLO, L.M.R. de. Atuação do Brasil no Mercado Vitivinícola Mundial – Panorama 2011. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e vinho, **comunicado técnico 116**. mar, 2012. 3p. Disponível em: <www.cnpuv.embrapa.br/publica/comunicado/cot116.pdf> Acesso em: abril/2012.

_____. Cultivo da videira Niágara rosada em regiões tropicais do Brasil. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e vinho, **artigos técnicos**, nov., 2003, 4 p. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/UvaNiagaraRosadaRegioesTropicais/mercado.htm>> Acesso em: jun/2008.

_____. Uvas americanas e híbridas para processamento em clima temperado. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e vinho, **artigos técnicos**. jan., 2003. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/UvaAmericanaHibridaClimaTemperado/mercado.htm>> Acesso em: jun/2008.

_____. Vitivinicultura Brasileira: Panorama 2007. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e vinho, **artigos técnicos**. 2008. 4 p. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos/panorama2007_vitivinicultura.pdf> Acesso em: jul/2009.

_____. Vitivinicultura Brasileira: Panorama 2009. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e vinho, **artigos técnicos**. 2010. 4 p. Disponível em: <<http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos/prodvit2009vf.pdf>> Acesso em: mar/2010.

_____. Vitivinicultura Brasileira: Panorama 2010. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e vinho, **artigos técnicos**. 2011. 4 p. Disponível em: <<http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos/prodvit2010.pdf>> Acesso em: Set/2011.

_____. Vitivinicultura Brasileira: Panorama 2011. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e vinho, **comunicado técnico 115**. 2012. 4 p. Disponível em: <<http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/comunicado/>> Acesso em: Abril/2012.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução por Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MOURÃO, P.F.C. Reestruturação produtiva e industrialização no Oeste Paulista. In: SILVEIRA, M.R; LAMOSO, L.P; MOURÃO, P.F.C. (Orgs.). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

NEGRI, B. As políticas de descentralização industrial e o processo de interiorização em São Paulo: 1970-1985. In: TARTAGLIA, J.C; OLIVEIRA, O.L. (org.) **Modernização e desenvolvimento no interior de S. Paulo**. São Paulo: Editora Unesp, 1988. p.11-37.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura e indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), 1981, n. 58. p. 5-64.

OTANI M. N. **Estratégias de reprodução social em áreas periurbanas**: os produtores de vinho artesanal comercial em Jundiá. 2010. 103 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade de Campinas, Campinas, 2010.

PIRES, E.L.S. Mutações econômicas e dinâmicas territoriais locais: delineamento preliminar dos aspectos conceituais e morfológicos. In: SPOSITOE.S; SPOSITO, M.E.B; SOBARZO, O. (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PIRES, E.L.S; MÜLLER, G; VERDI, A.R. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. In: **Revista Geografia**. Rio Claro: v.31, n.3, set./dez. 2006.

PIRES, E.L.S; VERDI, A.R. A mobilização dos territórios para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais: gênese, aspectos conceituais e bases metodológicas. In: SILVEIRA, M.R; LAMOSO, L.P; MOURÃO, P.F.C. (Orgs.). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

PROTAS, J.F.da S.O. Brasil Vitivinícola: regiões produtoras. EMBRAPA Uva e Vinho. Disponível em: <<http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/palestras/regioes.pdf>> Acesso em: mar/2012.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS). Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/rais/default.asp>> Acesso em: Ago/2011.

ROMERO, L.A.B. **A vitivinicultura no estado de São Paulo (1880-1950)**. 2004. 233f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000329964>>. Acesso em: ago/2008.

ROSA, S. E. S.; SIMÕES, P. M. Desafios da vitivinicultura brasileira. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 67-90, 2004. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Bebidas/200403_5.html> Acesso em: mar/2012.

SAMPAIO, S.S. **Indústria e território em São Paulo: A Estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista (1950-2005)**. Campinas: Alínea, 2009.

SANTOS, G. A. G. dos; DINIZ, E. J; BARBOSA, E. K. Aglomerações, Arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 151-179, dez. 2004. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2207.pdf> Acesso em: Out/2011.

SANTOS, J.V.T. dos. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SATO, G.S; STREHLAU, V; ALVES, H.S. Estratégias de mercado das vinícolas paulistas através de estudos de múltiplos casos. In: **Informações Econômicas**, São Paulo, v.40, n.4, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=11891>> Acesso em: Dez/2010.

SPOSITO, E.S; CÍCERO, E.C. Arranjo produtivo local e eixo de desenvolvimento: o caso de Birigüi – SP. In: SILVEIRA, M.R; LAMOSO, L.P; MOURÃO, P.F.C. (Orgs.). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 2000.

TARTAGLIA, J.C; OLIVEIRA, O.L. Agricultura e interiorização do desenvolvimento em São Paulo. In: TARTAGLIA, J.C; OLIVEIRA, O.L. (org.) **Modernização e desenvolvimento no interior de S. Paulo**. São Paulo: Editora Unesp, 1988. P. 63-75.

TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.

VERDI, A.R. et al. Arranjo produtivo local: identificação das possibilidades da viticultura na região de Campinas. In: **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.52, n.2, p.73-86, jul./dez. 2005. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/asp6-2-05.pdf> Acesso em: jul/2008.

_____. Revitalização da Cadeia Vitivinícola Paulista. In: **Análises e indicadores do agronegócio**. São Paulo: v.1, n.1, 5 p., jan., 2007. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=8353> Acesso em: jul/2008.

WHITACKER, A.M. Produção e produção do espaço urbano: refletindo sobre uma escala e um recorte. In: SILVEIRA, M.R; LAMOSO, L.P; MOURÃO, P.F.C. (Orgs.). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

Sites Consultados

<http://www.academiadovinho.com.br/> Acesso em: Jul/2011.

<http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/> Acesso em Out/2011.

<http://www.exposaoroque.com.br> Acesso em: Set/2011.

<http://www.ibravin.org.br>. Acesso em: Dez/2011

<http://www.mdic.gov.br/sitio/> Acesso em: Out/2011.

<http://www.roteirodaraposo.com.br/> Acesso em: Set/2011.

<http://www.roteirodovinho.com.br/> Acesso em: Set/2011.

<http://www.saoroque.sp.gov.br>. Acesso em: Ago/2008.

<http://www.sebrae.com.br/> Acesso em Set/2011.

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/> Acesso em: Dez/2010.

<http://www.sindusvinho.com.br/> Acesso Mar/2012.

<http://www.taypadepilao.com.br/> Acesso em: Set/2011.

<http://www.vinhosdesaoroque.com.br/> Acesso Mar/2012.